



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 57/2015

OBJETO:

- A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para **elaboração dos projetos básicos e executivos** para CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE APUCARANA, situado na Avenida Central do Paraná, s/n, Apucarana/PR, com aproximadamente 1.580,00 m², conforme anteprojeto, especificações técnicas, memorial descritivo e demais elementos constantes neste edital e em seus anexos.

ACOLHIMENTO, ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DO PREGÃO:

- Término do acolhimento das propostas eletrônicas: **às 13h45 do dia 13/08/2015**
- Abertura da sessão do Pregão: **às 14h00 do dia 13/08/2015**

REALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA:

- Portal de Compras do Banco do Brasil: site www.licitacoes-e.com.br

ENDEREÇO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO:

- Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba/PR
- CEP: 80430-180

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

➤ **Dúvidas sobre o edital:**

- Secretaria de Licitações e Contratos
- Av. Vicente Machado, 147, 10º andar, Centro, Curitiba-PR
- E-mail: licitacao@trt9.jus.br
- Fone: 0xx (41) 3310-7342 / 7375 Fax: 0xx (41) 3310-7341

➤ **Credenciamento e dúvidas na operação do sistema do Licitações-E:**

- Capitais e regiões metropolitanas: telefone n.º **3003-0500**
- Outras localidades: telefone n.º **0800-7290500**

**PODER JUDICIÁRIO**

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ÍNDICE	
1. EDITAL:	
TÍTULO	ASSUNTO
1	DO OBJETO
2	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
3	DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
4	DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
5	DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL
6	DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO
7	DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
8	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
9	DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO
10	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
11	DA CONTRATAÇÃO
12	DAS PENALIDADES
13	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2. ANEXOS AO EDITAL:	
ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MEMORIAL DESCRITIVO DOS PROJETOS E SERVIÇOS
ANEXO III	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PROJETOS
ANEXO IV	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO V	PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA – MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE 14 ANOS
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO IX	MINUTA DO CONTRATO



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 57/2015

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, com sede na Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba-PR, CNPJ n.º 03.141.166/0001-16, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *INTERNET*, licitação na modalidade **PREGÃO, na forma eletrônica**, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, regida pelos Decretos n.º 5.450/2005 e n.º 7.983/2013, pela Lei Complementar n.º 123/2006 e pelas Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/1993, e legislação correlata.

1 - DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para **elaboração dos projetos básicos e executivos** para CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE APUCARANA, situado na Avenida Central do Paraná, s/n, Apucarana/PR, com aproximadamente 1.580,00 m², conforme anteprojeto, especificações técnicas, memorial descritivo e demais elementos constantes neste edital e em seus anexos.
- 1.2 **Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, esta licitação é destinada EXCLUSIVAMENTE à participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou de cooperativas de que trata o art. 34 da Lei nº 11.488/2007.**
- 1.3 Havendo divergências entre as especificações do objeto cadastradas no Portal de Compras do Banco do Brasil – www.licitacoes-e.com.br - e as contidas no edital, prevalecerão as descrições deste último.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1 Este Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, e dotado de recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as suas fases.
- 2.2 O TRT da 9ª Região utilizará o Portal de Compras do Banco do Brasil S/A "Licitações-e" para a realização desta licitação.
- 2.3 Os trabalhos serão conduzidos por servidor do TRT da 9ª Região, designado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Licitações-e, ao qual cabe, em especial, as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto 5.450/2005.
- 2.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

3 - DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, e que estejam previamente credenciados no aplicativo **licitacoes-e**.
- 3.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.**
- 3.3 Os interessados em se credenciar no aplicativo **Licitações-e** poderão obter mais informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil S.A., telefone: **0800 729 0500**, ou na cartilha para fornecedores, disponível na opção "Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, e que estejam previamente credenciados no aplicativo "Licitações-e".



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.4 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal junto às Agências do Banco do Brasil, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular propostas e lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema *Licitações-e*.
- 3.6.1 No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade de o signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.
- 3.5 É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como sua utilização em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT da 9ª Região ou ao Banco do Brasil S.A. responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.6 A perda da chave ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente o Banco do Brasil S.A. para bloqueio de acesso.
- 3.7 O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.8 Caberá ao licitante interessado em participar deste pregão:
- a) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
 - b) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances formulados, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
 - c) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - d) comunicar ao LICITAÇÕES-E qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - e) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.9 Não será admitida a participação de empresas:
- a) que não se enquadrem como microempresas, empresas de pequeno porte e/ou cooperativas;
 - b) cujo ramo de atividade econômica não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
 - c) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
 - d) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - e) estrangeiras que não funcionem no país;
 - f) que detenham a condição de inidôneas perante a Administração Pública (art.87, inc.IV da Lei nº 8.666/1993);
 - g) que estejam suspensas de licitar e contratar temporariamente com este Tribunal (art.87, inc.III da Lei nº 8.666/1993);
 - h) que estejam impedidas de licitar e contratar temporariamente com a União (art.7º da Lei nº 10.520/2002).
- 3.10 A apresentação da proposta corresponderá à declaração de inexistência de fatos impeditivos da participação do interessado na presente licitação e eximirá o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 3.11 Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos para este procedimento licitatório.
- 3.11.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

4 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, ao correio-eletrônico licitacao@trt9.jus.br.

5 - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 5.1 A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma do Decreto 5.450/2005, da Lei 10.520/2002 e da Lei 8.666/1993.
- 5.1.1 Até 2 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 5.1.2 Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.
- 5.2 O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1 Os licitantes deverão cadastrar proposta até a data e hora marcadas neste edital, exclusivamente por meio eletrônico.
- 6.2 Até a abertura da sessão os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.3 Ao cadastrar sua proposta no sistema eletrônico, a licitante deverá ofertar **PREÇO GLOBAL PARA O LOTE**, prevendo todas as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência - deste edital.
- 6.3.1 Considera-se preço global a soma dos valores dos itens que compõem o lote.
- 6.3.2 Os preços total e unitários máximos previstos para o LOTE figuram no Anexo I – Termo de Referência – deste edital.
- 6.4 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (R\$) e será considerado completo, abrangendo todos os tributos, encargos e ônus de qualquer natureza incidentes sobre o objeto licitado.
- 6.5 A proposta oferecida terá validade não inferior a 90 dias, contados da data da sessão de abertura do Pregão.
- 6.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

7 – DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 7.1 A partir do horário previsto, terá início a sessão pública do Pregão, com divulgação das propostas apresentadas, sem identificar seus autores, passando-se ao início da disputa.
- 7.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 7.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.5 Classificadas as propostas o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 7.6 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, todos os participantes serão informados, em tempo real, do respectivo horário de registro e valor, vedada a identificação do licitante.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 Caso sejam registrados pelo sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido primeiro.
- 7.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo pregoeiro, com aviso de fechamento iminente dos lances. Após, transcorrerá período de tempo de até 30 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes através do sítio oficial do Licitações-e - www.licitacoes-e.com.br.
- 7.12 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 7.13 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado pelo TRT da 9ª Região, e poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante, para que seja obtido valor mais vantajoso, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.14 Após a aceitação da proposta melhor colocada será verificada a habilitação da licitante detentora do menor lance através de consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos, conforme disposição deste edital.
- 7.15 Sendo aceitável a proposta, a licitante detentora do menor preço deverá apresentar, **em até 12 (doze) horas após a solicitação do pregoeiro**, a proposta de preços ajustada ao valor do último lance (modelo no ANEXO IV deste edital), bem como os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF.
- 7.16.1 Os valores finais (unitários e totais) da proposta deverão ser expressos até a segunda casa decimal (ex.: R\$ 0,15). Os arredondamentos que se fizerem necessários deverão ser para menor.
- 7.16 A proposta ajustada ao lance final e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser apresentados através do fax (0xx 41- 3310-7341), ou escaneados e enviados via correio-eletrônico (licitacao@trt9.jus.br).
- 7.17 A proposta e os documentos enviados via fax ou por correio-eletrônico deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, **no prazo máximo de 3 dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro, para o endereço:

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Secretaria de Licitações e Contratos

Rua Vicente Machado, 147 - 10º andar - Centro, Curitiba-PR

CEP 80420-010

CONTEÚDO: DOCUMENTAÇÃO REF. **PREGÃO 57/2015**

- 7.18 Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, a licitante detentora do menor preço será declarada vencedora.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1 O critério de julgamento será o legalmente previsto para licitações do tipo **MENOR PREÇO**.
- 8.2 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora a licitante que, obedecidas às condições estabelecidas neste Edital, apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL PARA O LOTE**.
- 8.3 Serão desclassificadas as propostas que:
- I. apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;
 - II. apresentem preços global e unitários superiores aos estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência – deste edital;
 - III. sejam omissas, vagas, imprecisas ou que apresentem irregularidade capaz de dificultar o julgamento do pregoeiro;
 - IV. apresentem preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 48, inc. II, § 1º da Lei nº 8.666/93, ou que, por solicitação do pregoeiro, não vierem a ter sua exequibilidade demonstrada;
 - V. não contemplem todos os itens que compõem o lote;
 - VI. não atendam as demais condições previstas neste Edital.
- 8.4 Se a proposta/lance de menor valor não for aceitável, se a licitante não atender às exigências habilitatórias ou não encaminhar os documentos de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, bem como a documentação para habilitação e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 8.5 Todas as propostas apresentadas deverão ser firmes e precisas, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que impeça o pregoeiro de formular um julgamento objetivo, devendo as licitantes se limitar às especificações do edital.
- 8.6 Os erros, equívocos e omissões havidos na formulação da proposta serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da execução do objeto da presente licitação.
- 8.7 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

- 9.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos (§ 1º, art. 25 do Decreto nº 5.450/05).
- 9.2 Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, será exigido o envio da documentação via fax (0xx 41- 3310-7341), ou escaneada e enviada via correio-eletrônico (licitacao@trt9.jus.br), conforme determinação do Pregoeiro.
- 9.3 Para comprovação da habilitação se faz necessária a apresentação dos seguintes documentos:

9.3.1 - Habilitação Jurídica:

- I) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- II) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
 - a) A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado, das posteriores alterações, se houver;

- III) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
 - a) Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;
- IV) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.2 - Regularidade fiscal e trabalhista:

- I) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
- II) Prova de regularidade para com a Seguridade Social.
- III) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- IV) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1973.

9.3.2.1 As microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas contempladas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007 deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal (incisos I, II e III do subitem 9.3.2), mesmo que esta apresente alguma restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do TRT, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao TRT convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para dar continuidade à licitação ou revogá-la.

9.3.3 - Para cumprimento do inciso XXXIII, do art 7º, da Constituição Federal de 1988:

- I) DECLARAÇÃO, firmada pela licitante e conforme modelo no **ANEXO VII** deste edital, de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze.

9.3.4 - Qualificação técnica

- I) Prova de inscrição ou registro da licitante e dos responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);
- II) Comprovação de a licitante possuir, na data da habilitação, profissional(is) de nível superior reconhecido(s) pelo CREA/CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA/CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo técnico (CAT), expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços de complexidade técnica equivalente ou superior às do objeto da presente licitação:



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- a) PROJETO HIDROSSANITÁRIO;
 - b) PROJETO PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS;
 - c) PROJETO DE AR CONDICIONADO tipo "VRF";
 - d) PROJETO DE FUNDAÇÕES E DE ESTRUTURAS;
 - e) PROJETO DE TRATAMENTO ACÚSTICO.
- III) Indicação dos responsáveis técnicos designados para execução dos seguintes projetos:
- a) PROJETO HIDROSSANITÁRIO;
 - b) PROJETO PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS;
 - c) PROJETO DE AR CONDICIONADO tipo "VRF";
 - d) PROJETO DE FUNDAÇÕES E DE ESTRUTURAS;
 - e) PROJETO DE TRATAMENTO ACÚSTICO.
- IV) O vínculo empregatício do(s) profissional(is) acima poderá ser comprovado mediante:
- a) Carteira de trabalho (CTPS), comprovando o vínculo empregatício do profissional na empresa licitante na data da licitação;
 - b) Contrato Social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de ser sócio proprietário da empresa licitante; ou
 - c) Contrato de prestação de serviços com a empresa licitante.
- V) Atestado(s) de capacidade técnico-operacional devidamente registrados(s) no CREA/CAU, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços de complexidade técnica equivalente ou superior às do objeto da presente licitação:
- a) PROJETO PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS de área igual ou superior a 790 m²;
 - b) PROJETO DE FUNDAÇÕES E DE ESTRUTURAS de área igual ou superior a 790 m²;
- VI) DECLARAÇÃO emitida pela licitante de que tomou conhecimento de todas as dificuldades inerentes à execução do objeto da contratação (conforme modelo – Anexo VI).
- a) Caso a licitante opte por conhecer o local onde será executado o objeto da licitação, a visita (vistoria) poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data prevista para a sessão pública do procedimento licitatório.
 - b) O agendamento das vistorias deverá ser efetuado junto à Secretaria de Engenharia e Arquitetura do Tribunal (telefone (41) 3310-7764).

9.3.5 – Da documentação complementar:

- I) Declaração emitida pelo licitante, conforme ANEXO VIII, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa e está apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 49 da Lei Complementar n° 123/2006.
- 9.4 O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante para fins de comprovação da qualificação técnica, deverá(ão) atuar como responsável(is) técnico(s) da obra objeto da presente licitação, admitindo-se a substituição do(s) mesmo(s) somente por outro(s) que detenha(m) as mesmas qualificação(ões) aqui exigidas e por motivos relevantes justificáveis pelo proponente, sob avaliação do TRT da 9ª Região.
- 9.5 Não serão aceitos protocolos de solicitação de emissão de documento em substituição aos exigidos neste edital.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 9.6 O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências relacionadas ao esclarecimento da proposta ou da documentação apresentada.
- 9.7 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (§ 4º, art. 25, do Decreto 5.450/05).

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 10.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4 Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente instruído à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do processo licitatório.

11 – DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 Os termos previstos no presente Edital e seus Anexos, a Proposta apresentada e a assinatura do instrumento de contrato formalizarão a presente contratação.
- 11.2 Homologado o presente procedimento, a Licitante Vencedora será convocada para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação, assinar o instrumento de contrato.
- 11.3 No momento da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar “Visto no CREA/PR”, em seu nome e do(s) profissional(is) por ela indicado(s) para execução dos serviços, no caso deste(s) ou daquela possuir domicílio fora do Estado do Paraná, conforme previsto no artigo o art. 58 da Lei 5.194/66¹.
- 11.4 Caso a licitante vencedora não faça comprovação das condições exigidas para efetivação da contratação ou, injustificadamente, se recuse a formalizá-la, o pregoeiro, sem prejuízo das sanções previstas em edital e das demais cominações legais, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 11.5 As condições de habilitação consignadas neste edital deverão ser mantidas pela licitante vencedora durante a vigência da contratação (§ 2º, art. 27, do Decreto 5.450/2005).
- 11.6 Os prazos da contratação poderão ser prorrogados pela Ordenadoria da Despesa deste Tribunal, desde que ocorra motivo justo, devidamente fundamentado e haja solicitação antes do prazo final.
- 11.6.1 Os pedidos de prorrogação deverão ser instruídos com as provas necessárias a sua concessão, nos termos do § 1º, do artigo 57, da Lei 8666/1993.
- 11.7 A contratação decorrente deste procedimento poderá ser alterada unilateralmente pelo Tribunal ou por acordo das partes, observado o disposto no art. 65 da Lei 8.666/1993.
- 11.8 A rescisão da contratação, quanto aos casos em que poderá ocorrer e as formas de sua efetivação, bem como suas consequências, será regida pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/1993 e pelo contido no presente edital.

¹ Decisão 279/1998 - Plenário do Tribunal de Contas da União



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

12 - DAS PENALIDADES

- 12.1 Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 12.2 Demais sanções estão descritas nos Anexos I – Termo de Referência e IX – Minuta de Contrato deste Edital.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse público, do princípio da isonomia e da segurança da futura contratação.
- 13.2 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 13.3 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, nos termos do § 2º, do artigo 29, do Decreto 5.450/05.
- 13.4 Simples omissões ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, e que não causem prejuízo à Administração e às licitantes, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro.
- 13.5 É facultada ao Pregoeiro e/ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado.
- 13.6 É competente o foro da Justiça Federal - Subseção Judiciária de Curitiba-PR para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.
- 13.7 Informações e/ou esclarecimentos, bem como pedidos de providências relativos ao presente Edital, poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, no horário das 12h às 18h, pelo telefone (41) 3310-7342/7375, ou pessoalmente junto à Secretaria de Licitações e Contratos - SLC deste Tribunal, situada na Av. Vicente Machado, n.º 147, 10º andar – Curitiba-PR.

Curitiba, 29 de julho de 2015.

Patrícia Aimée Bruel Antonio
Ordenadora da Despesa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada para **elaboração dos projetos básicos e executivos** para CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE APUCARANA, situado na Avenida Central do Paraná, s/n, Apucarana/PR, com aproximadamente 1.580,00 m², conforme anteprojeto, especificações técnicas, memorial descritivo e demais elementos constantes neste edital e em seus anexos.

LOTE 01	
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM
1	SONDAGEM DO TERRENO.
2	PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
3	PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO
4	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO
5	PROJETO DE FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS DE CONCRETO
6	PROJETO DE ESTRUTURAS METÁLICAS
7	PROJETO DE TRATAMENTO ACÚSTICO

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A contratação dos Projetos Complementares para a construção do Fórum Trabalhista de Apucarana justifica-se pela necessidade de viabilizar o atendimento do Plano de Obras do TRT da 9ª Região.

3. PREÇOS MÁXIMOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 Os preços unitários e global máximos da contratação são de:

LOTE 01	
ITEM	PREÇO MÁXIMO DO ITEM
1	R\$ 10.000,00
2	R\$ 8.230,74
3	R\$ 6.964,48



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

4	R\$ 6.383,15
5	R\$ 17.271,95
6	R\$ 7.196,65
7	R\$ 10.794,97
PREÇO GLOBAL MÁXIMO DO LOTE	R\$ 66.841,94

3.2 A licitante deverá apresentar preço para cada item discriminado na proposta.

3.3 Deverão ser observados os preços máximos unitários para cada item.

4. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Em até 05 dias contados do início da vigência do contrato, será realizada a reunião de início de projeto, onde serão estabelecidos os contatos e repassadas orientações iniciais. Todos os responsáveis técnicos pelos projetos complementares deverão participar da reunião inicial.

4.2 A elaboração de todos os projetos e o seu recebimento pelo Tribunal não excederá a **70** (setenta) dias corridos, contados do início da vigência do contrato.

4.3 Os prazos de entrega dos projetos contratados constam no cronograma em anexo, inclusive os prazos das entregas intermediárias e os prazos para análise dos projetos pela equipe de Fiscalização.

4.4 Todas as correções de projetos solicitadas pelos órgãos públicos competentes serão efetuadas pela contratada, sem qualquer ônus para o Contratante.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento das fases dar-se-á no momento da finalização dos trabalhos de cada fase e seu recebimento pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA).

5.2 O prazo para envio dos projetos deverá obedecer ao cronograma em anexo.

5.3 O material para análise será enviado para a SEA impresso, podendo a critério da Fiscalização, ser enviado parcialmente em mídia digital.

5.4 A Comissão de Fiscalização emitirá, nos prazos previstos no cronograma, relatório circunstanciado de análise do material entregue. Caso, eventualmente, o prazo de análise pela SEA seja ultrapassado, os dias que excederam ao prazo serão atribuídos em favor da contratada, especificamente quanto ao projeto em análise, não se estendendo aos demais.

5.5 Quando da entrega de cada fase do projeto, será agendada reunião com a Contratada.

5.6 A contar da data de recebimento do relatório de análise, terá início a próxima fase. Sem prejuízo do prazo de entrega da próxima fase, eventuais correções e complementações indicadas no relatório de análise deverão ser sanadas até a próxima entrega prevista no cronograma.

5.7 Recebimento do objeto da contratação:

5.7.1 Na forma do que dispõe o art. 73 da Lei nº 8.666/1993, o recebimento dos projetos dar-se-á da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, após concluídas todas as fases de elaboração e análise de cada projeto, desde que verificado o perfeito atendimento a todas as exigências e condições da contratação, quando será emitida a respectiva Certidão de Recebimento Provisório.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- b) **Definitivamente**, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório do último projeto entregue, desde que todos os projetos estejam devidamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.

5.8 Após ciência do recebimento provisório, a contratada deverá emitir a respectiva nota fiscal.

6. DOS DEVERES DO TRIBUNAL

6.1 Caberão ao Tribunal as seguintes medidas decorrentes desta contratação:

- I) Proporcionar à contratada as facilidades indispensáveis à fiel e integral execução do objeto contratado;
- II) Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução do objeto do contrato;
- III) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- IV) Sustar a execução de quaisquer serviços, por desacordo com o especificado ou outros motivos que imponham tal medida;
- V) Receber os serviços contratados e efetuar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos;

7. DOS DEVERES DA CONTRATADA

7.1 Competirá à CONTRATADA, além da elaboração dos projetos nos termos e condições previstos neste instrumento:

- I. Apresentar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis após o início da vigência do contrato**, as ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) ou RRT's (Registro de Responsabilidade Técnica) de execução dos projetos e serviços tratados na presente contratação, com as taxas devidamente recolhidas.
 - a) Deve-se recolher uma ART/RRT principal de gerenciamento de projetos sobre o valor do contrato, assinada pelo Responsável Técnico da empresa. As demais ARTs/RRTs deverão estar vinculadas à ART/RRT principal e conter os dados indicados pelo TRT.
- II. Efetuar, sem quaisquer ônus para o Tribunal, todas as correções de projetos solicitadas pelos órgãos públicos competentes.
- III. Manter as condições de habilitação consignadas neste edital durante a vigência da contratação.
- IV. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71 da lei 8.666/93.
- V. Facilitar a fiscalização do objeto.
- VI. Refazer os projetos, no todo ou em parte, que não forem entregues de acordo com o especificado neste instrumento.
- VII. Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do Código Civil e a Lei nº 8.666/93.
- VIII. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas e emolumentos cuja incidência se relacione com o objeto licitado.
- IX. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem a expressa anuência do CONTRATANTE.
- X. Comparecer às reuniões de projeto que serão agendadas à critério da Fiscalização.

8. DO PAGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 8.1 O projeto de Prevenção e Combate a Incêndios (item 3) será pago da seguinte forma: 40% do respectivo valor quando do recebimento provisório (projetos concluídos) e 60% quando da aprovação nos órgãos públicos competentes.
- 8.2 Os demais projetos serão pagos (respectivo valor) quando do recebimento provisório dos mesmos.
- 8.3 O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento.
- 8.4 No caso de processamento do pagamento através de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados: a) banco; nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente (completo).
- 8.5 O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela contratada, para que seja lavrada certidão de seu recebimento (em definitivo) ou atestada sua execução irregular, de forma devidamente circunstanciada, o que implicará, a suspensão do prazo para pagamento.
- 8.6 O pagamento será efetivado no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data de emissão do respectivo Termo de Recebimento, salvo em caso de necessidade de abertura de processo para apuração de penalidade, quando esse prazo será de 15 dias úteis.
- 8.7 Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.
- 8.8 O Tribunal verificará, previamente à efetivação de cada pagamento, se as condições de **regularidade fiscal e trabalhista** exigíveis na licitação estão sendo mantidas pela contratada.
- 8.8.1** Será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, para a Contratada providenciar a regularização de eventuais pendências em matéria de **regularidade fiscal e trabalhista. A não regularização ensejará a aplicação de penalidade prevista na alínea “h” do item 9.2 deste instrumento.**
- 8.9 Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 8.10 As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional não estão sujeitas à aplicação da tabela de retenção na fonte, desde que apresentem a este TRT, junto com a nota fiscal/fatura, declaração em conformidade com a normas vigentes.
- 8.11 O processamento da ordem bancária com observância dos dados fornecidos pela licitante vencedora constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando a Licitante responsável por quaisquer contratempos decorrentes da apresentação inexata dos dados fornecidos.
- 8.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a atualização monetária será calculada da seguinte forma:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9 DAS PENALIDADES



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 9.1 Pelo inadimplemento das obrigações decorrentes da presente licitação, a licitante-adjudicatária e a contratada estarão sujeitas, garantida a defesa prévia, às sanções previstas neste instrumento, nas Leis 10.520/02 e Lei 8.666/93, no Decreto 5.450/05 e legislação correlata.
- 9.2 Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos:
- a) Sendo extrapolado o prazo total para execução do contrato, multa de 1% por dia útil, até o limite de 10%, calculada sobre o valor do contrato;
 - b) Sendo extrapolados os prazos previstos para execução das fases, conforme cronograma anexo, multa de 1% por dia útil, até o limite de 10%, calculada sobre o valor do respectivo projeto;
 - b.1) Caso o atraso observado na execução da fase não seja passível de comprometer o prazo do respectivo projeto, esta penalidade poderá deixar de ser aplicada, a critério da autoridade competente;
 - c) Não sendo observados os ajustes, correções e complementações indicadas no relatório de análise de fase, multa de 0,5% por dia útil, até o limite de 5%, calculada sobre o valor do projeto;
 - d) Havendo falta injustificada à reunião agendada com a Fiscalização, multa de 0,5% do valor total do contrato.
 - e) Havendo Inexecução Parcial da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o remanescente do valor total do contrato;
 - f) Havendo Inexecução Total da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total do contrato;
 - g) Não sendo mantidas as condições de habilitação exigíveis na licitação, multa de 0,5% do valor do contrato, por ocorrência;
 - h) Havendo descumprimento de quaisquer outras condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,3% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.
- 9.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no Edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas no subitem 9.2, alínea "f" e no subitem 9.7 deste instrumento.
- 9.4 Atingido quaisquer dos limites fixados no subitem 9.2, e a critério do Tribunal, NÃO será permitida a entrega dos projetos, ficando a contratada sujeita à rescisão unilateral do contrato e às penalidades previstas.
- 9.5 A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.
- 9.6 Os valores das multas aplicadas serão deduzidos das importâncias devidas à contratada.
- 9.7 Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 9.8 Na forma do parágrafo único, do art. 28, do Decreto 5.450/05, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10 DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 Os trabalhos serão acompanhados e fiscalizados por uma Comissão de Fiscalização, indicada na forma do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, a qual terá a função de promover as avaliações dos serviços executados e atestar os documentos referentes ao seu recebimento.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 10.2 A fiscalização terá plena autoridade para suspender total ou parcialmente, por meios legais, os serviços em execução. Sempre que isto ocorrer, por motivos de ordem técnica, de segurança ou disciplinares, somente poderão ser reiniciados por ordem da fiscalização.
- 10.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão serão encaminhadas à ADMINISTRAÇÃO do TRT, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

11 DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 O presente contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura e estender-se-á até o recebimento definitivo do objeto fiel e integralmente executado pela contratada e respectivo pagamento pelo contratante, sem prejuízo da observância do prazo de conclusão dos serviços e demais prazos de execução, sob pena de inadimplemento contratual e respectivas sanções.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 12.1 Os serviços de elaboração dos projetos obedecerão à Legislação Federal, Estadual e Municipal, assim como as exigências das empresas concessionárias de serviços públicos.
- 12.2 Todos os serviços objeto desta contratação deverão ser realizados em conformidade com a ABNT.
- 12.3 Os conflitos eventualmente constantes nas especificações técnicas deverão ser imediatamente comunicados à SEA / TRT, devendo-se apresentar soluções para serem levadas à apreciação da fiscalização, para seu conhecimento e eventual autorização da imediata adequação e compatibilização.

13 DA VINCULAÇÃO

- 13.1 A contratação fica vinculada aos elementos constantes do **Pregão nº 57/2015 (Processo Geral n.º 679)** e aos termos da proposta da licitante vencedora.



ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DOS PROJETOS E SERVIÇOS

1. OBJETO

1.1. Elaboração dos projetos executivos complementares do Fórum Trabalhista de Apucarana, sito na Avenida Central do Paraná, s/n (frente a rua Eulália Xavier), que compreenderão:

- 1.1.1. Sondagem do terreno;
- 1.1.2. Projeto executivo de instalações hidráulicas e afins;
- 1.1.3. Projeto de prevenção de incêndio;
- 1.1.4. Projeto de climatização.
- 1.1.5. Projeto executivo de fundações e estruturas de concreto;
- 1.1.6. Projeto de cobertura metálica;
- 1.1.7. Projeto de Tratamento Acústico;

1.2. Será fornecido pelo TRT o projeto arquitetônico e o levantamento planialtimétrico do terreno.

2. COMPOSIÇÃO DO OBJETO E PARÂMETROS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

- 2.1. Para cada conjunto de projetos deverá ser elaborado **MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO, PLANILHA QUANTITATIVA DOS SERVIÇOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS** bem como especificações técnicas detalhadas.
- 2.2. A CONTRATADA deverá elaborar os projetos atendendo a legislação e normas aplicáveis, as orientações do TRT e a boa técnica.
- 2.3. Atendendo a legislação vigente e ao CREA, a CONTRATADA deverá, em prazo de 05 dias a contar da vigência do contrato, apresentar as ART dos projetos e serviços.

3. PROJETOS

3.1. SONDAGEM DO TERRENO

- 3.1.1. A contratada deverá avisar previamente ao TRT, o dia em que serão executadas as furações, para que possa ser designada equipe de fiscalização a fim de acompanhar os serviços de sondagem do terreno.
- 3.1.2. A contratada deverá executar sondagem no terreno e os resultados serão apresentados conforme segue:
- 3.1.3. Os resultados das sondagens de simples reconhecimento devem ser apresentados em relatórios, numerados, datados e assinados por responsável técnico pelo trabalho perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA. O relatório deve ser apresentado em formato A4.
- 3.1.4. Devem constar do relatório:
 - 3.1.4.1. Nome do interessado;
 - 3.1.4.2. Local e natureza da obra;
 - 3.1.4.3. Descrição sumária do método e dos equipamentos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.1.4.4. Empregados na realização das sondagens
- 3.1.4.5. Total perfurado, em metros;
- 3.1.4.6. Declaração de que foram obedecidas as Normas Brasileiras relativas ao assunto;
- 3.1.4.7. Outras observações e comentários, se julgados importantes;
- 3.1.4.8. Referências aos desenhos constantes do relatório.
- 3.1.5. Anexo ao relatório deve constar desenho contendo:
 - 3.1.5.1. Planta do local da obra, cotada e amarrada a referências facilmente encontradas e pouco mutáveis (logradouros públicos, acidentes geográficos, marcos topográficos, etc.) de forma a não deixar dúvidas quanto a sua localização; Nessa planta deve constar a localização das sondagens cotadas e amarradas a elementos fixos e bem definidos no terreno. A planta deve conter, ainda, a posição da referência de nível (RN) tomada para o nivelamento das bocas das sondagens, bem como a descrição sumária do elemento físico tomado como RN.
- 3.1.6. Os resultados das sondagens devem ser apresentados em desenhos contendo o perfil individual de cada sondagem e/ou seções do subsolo, nos quais devem constar, obrigatoriamente:
 - 3.1.6.1. Nome da firma executora das sondagens, o nome do interessado, local da obra, indicação do número do trabalho, e os vistos do desenhista e do engenheiro ou geólogo responsável pelo trabalho;
 - 3.1.6.2. Diâmetro do tubo de revestimento e do amostrador empregados na execução das sondagens;
 - 3.1.6.3. Número(s) da(s) sondagem(s);
 - 3.1.6.4. Cota(s) da(s) boca(s) furo(s) de sondagem, com precisão de 10 milímetros;
 - 3.1.6.5. Linhas horizontais cotadas a cada 5 metros em relação à referência de nível;
 - 3.1.6.6. Posição das amostras colhidas, devendo ser indicadas as amostras não recuperadas e os detritos colhidos por sedimentação;
 - 3.1.6.7. As profundidades, em relação à boca do furo, das transições das camadas e do final das sondagens;
 - 3.1.6.8. Os índices de resistência à penetração, calculados como sendo a soma do número de golpes necessários à penetração, no solo, dos 30 centímetros finais do amostrador, não ocorrendo a penetração dos 45 centímetros do amostrador, o resultado do ensaio penetrométrico será apresentado na forma de frações e no denominador as penetrações, em centímetros, obtidas na sequência do ensaio;
 - 3.1.6.9. Identificação dos solos amostrados, utilizando a NBR 6502;
 - 3.1.6.10. A posição do(s) nível(is) d'água encontrado(s) e a(s) respectiva(s) data(s) de observação(ões). Indicar se houve pressão ou perda d'água durante a perfuração;
 - 3.1.6.11. Convenção gráfica dos solos que compõem as camadas do subsolo como prescrito na NBR 6502;
 - 3.1.6.12. Datas de início e término de cada sondagem;
 - 3.1.6.13. Indicação dos processos de perfuração empregados e respectivos trechos, bem como as posições sucessivas do tubo de revestimento.
- 3.1.7. As sondagens devem ser desenhadas na escala vertical de 1:100. Somente nos casos de sondagens profundas, e em subsolos muito homogêneos, poderá ser empregada escala mais reduzida.
- 3.1.8. Serão executados no mínimo 06 furos, 04 na projeção do edifício e um em cada projeção de estacionamento (lado direito e lado esquerdo).



3.2. PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

3.2.1. Projeto de Instalação de Água Fria:

3.2.1.1. Conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a instalação de sistemas de recebimento, alimentação, reservação e distribuição de água fria nas edificações. Deverá haver compatibilização de todos os projetos, arquitetônico, estrutural e instalações.

Fase 01 - Estudo Preliminar

3.2.1.2. Consiste na concepção do sistema de água fria, a partir do conhecimento das características arquitetônicas e de uso da edificação, consolidando definições preliminares quanto à localização e características técnicas dos pontos de consumo, demanda de água fria, e pré-dimensionamento dos componentes principais, como alimentadores, reservatórios, instalações de recalque, prumadas e tubulações.

3.2.1.3. A concepção eleita deverá resultar do cotejo de alternativas de solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, considerando parâmetros técnicos, econômicos e de segurança.

3.2.1.4. Nesta etapa serão delineadas todas as instalações necessárias ao uso da edificação, em atendimento a esse memorial técnico, normas e condições da legislação, obedecidas as diretrizes de economia de energia e de redução de eventual impacto ambiental.

3.2.1.5. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

3.2.1.5.1. Planta de situação da edificação, ao nível da rua, em escala adequada, com o traçado do alimentador e das tubulações externas;

3.2.1.5.2. Planta geral de cada nível da edificação, em escala adequada, contendo o caminhamento das tubulações, horizontal e vertical, e a localização dos elementos componentes do sistema como: alimentador, reservatórios, instalações elevatórias, pontos de consumo e outros;

3.2.1.5.3. Representação isométrica esquemática da instalação;

3.2.1.5.4. Relatório justificativo, conforme Prática Geral de Projeto.

3.2.1.6. O Estudo Preliminar deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e demais sistemas, considerando a necessidade de acesso para a inspeção e manutenção das instalações.

Fase 02 - Projeto Básico:

3.2.1.7. Consiste na definição, dimensionamento e representação do sistema de água fria aprovado no estudo preliminar, incluindo o recebimento de água, localização precisa dos componentes, características técnicas dos equipamentos do sistema, demanda de água fria, bem como as indicações necessárias à execução das instalações.

3.2.1.8. O Projeto Básico conterá os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

3.2.1.9. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

3.2.1.9.1. Planta de situação ao nível da rua, em escala mínima de 1:500, indicando a



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

localização de todas as tubulações externas e as redes existentes das concessionárias e demais equipamentos como cavalete para hidrômetro e outros;

- 3.2.1.9.2. Planta de cada nível da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação das tubulações quanto a comprimentos, material, diâmetro e elevação, quer horizontais ou verticais, localização precisa dos aparelhos sanitários e pontos de consumo, reservatórios, poços, bombas, equipamentos como instalações hidro-pneumáticas, estação redutora de pressão e outros;
- 3.2.1.9.3. Desenho da instalação de água fria em representação isométrica, referente aos grupos de sanitários e à rede geral, com indicação de diâmetro e comprimentos dos tubos, vazões, pressões nos pontos principais ou críticos, cotas, conexões, registros, válvulas e outros elementos;
- 3.2.1.9.4. Quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;
- 3.2.1.9.5. Orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;
- 3.2.1.9.6. Relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto.
- 3.2.1.10. O Projeto Básico deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e Instalações, observando a não interferência entre elementos dos diversos sistemas e considerando as facilidades de acesso para inspeção e manutenção das instalações hidráulicas de água fria.

Fase 03 - Projeto Executivo:

- 3.2.1.11. Consiste no desenvolvimento do Projeto Básico, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes do sistema de água fria a ser implantado, incluindo os embutidos, furos e rasgos a serem previstos na estrutura da edificação.
- 3.2.1.12. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
 - 3.2.1.12.1. Planta de situação e de cada nível da edificação, conforme Projeto Básico, com a indicação de ampliações, cortes e detalhes;
 - 3.2.1.12.2. Plantas dos conjuntos de sanitários ou ambientes com consumo de água, preferencialmente em escala 1:20, com o detalhamento das instalações;
 - 3.2.1.12.3. Isométrico dos sanitários e da rede geral;
 - 3.2.1.12.4. Detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura e de todas as peças a serem embutidas ou fixadas nas estruturas de concreto ou metálicas, para passagem e suporte da instalação;
 - 3.2.1.12.5. Lista detalhada de materiais e equipamentos;
 - 3.2.1.12.6. Relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto.
- 3.2.1.13. Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a estarem perfeitamente harmonizados entre si.

Recebimento:

- 3.2.1.14. Deve-se obter informações junto a órgãos responsáveis, quanto ao fornecimento de água potável, vazão e pressão existente na rede pública. Admitir que as edificações construídas em zonas servidas por sistema de abastecimento público de água deverão ligar-se obrigatoriamente a este, respeitando as exigências da concessionária local.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Alimentação:

- 3.2.1.15. Tubulação destinada a conduzir água fria desde a rede da concessionária local até a primeira derivação ou válvula do flutuador do reservatório. Deve ser projetado a fim de ser o menor trajeto possível.
- 3.2.1.16. O alimentador deve ser dimensionado a partir da pressão e vazão disponíveis na rede, de modo a atender à demanda necessária à reservação e ao consumo nos pontos de distribuição direta.

Reservação:

- 3.2.1.17. Prever depósito de água destinado a compensar diferenças entre vazões de abastecimento e consumo e proporcionar distribuição contínua sob pressões adequadas, inclusive durante períodos de paralisação do abastecimento.
- 3.2.1.18. Determinar a quantidade de água para consumo diário e o volume de reservação de acordo com as recomendações da Norma NBR 5626.
- 3.2.1.19. Considerar no volume total de armazenamento a reserva de água para combate a incêndio.
- 3.2.1.20. Considerar reservatório superior para abastecimento da Vara de Trabalho e aproveitamento de águas das chuvas, que será por gravidade e Cisterna para uso de prevenção contra incêndios.
- 3.2.1.21. A forma dos reservatórios deverá proporcionar máxima economia global em termos de fundação, estrutura, utilização da área, operação e sua conservação, interligação com o sistema de distribuição e estar harmonizado com o projeto de arquitetura.
- 3.2.1.22. Prever dispositivo limitador do nível de água máximo, de maneira a impedir a perda de água por extravasamento;
- 3.2.1.23. Permitir fácil acesso a seu interior para serviços de limpeza e conservação;
- 3.2.1.24. Impedir o acesso ao seu interior de elementos que possam poluir ou contaminar as águas;
- 3.2.1.25. Prever extravasor dimensionado para possibilitar a descarga da vazão máxima que alimenta o reservatório;
- 3.2.1.26. Prever tubulação de limpeza situada abaixo do nível de água mínimo (saída de água para distribuição ou incêndio);
- 3.2.1.27. Não conectar a tubulação de limpeza e extravasor diretamente com a rede de esgotos, de águas pluviais ou qualquer outra fonte de possível contaminação;
- 3.2.1.28. Poderão ser utilizados reservatórios pré-fabricados ou de fabricação normalizada, desde que satisfaçam às exigências desta Prática e do item 4.5.6 da Norma NBR 5626.
- 3.2.1.29. Os reservatórios que não sejam de fabricação em série devem ter inclinação na superfície da laje do fundo, na direção da tubulação de limpeza.

Distribuição:

- 3.2.1.30. A distribuição deve ser indireta realizada através de reservatório próprio, por gravidade ou através de instalação hidropneumática.
- 3.2.1.31. Adotar, sempre que possível, os seguintes critérios de projeto:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.2.1.31.1. Utilização de soluções com custos de manutenção e operação compatíveis com o custo de instalação do sistema;
- 3.2.1.31.2. Preservação rigorosa da qualidade da água fornecida pela concessionária local.
- 3.2.1.31.3. Utilização de dispositivos que provoquem menor consumo de água, como caixas ou bacias acopladas em vez de válvulas de descarga para bacias sanitárias, torneiras de fechamento automático e outras soluções;
- 3.2.1.31.4. Sempre que possível, as tubulações não deverão ser embutidas nas alvenarias. Recomenda-se que as tubulações principais sejam aparentes, localizadas em “shafts”, poços ou dutos de tubulações, de modo a facilitar os serviços de manutenção.
- 3.2.1.31.5. Todas as tubulações da instalação de água fria deverão ser dimensionadas para funcionar como condutos forçados, definindo-se, para cada trecho, os parâmetros hidráulicos do escoamento (diâmetro, vazão, velocidade e perda de carga).
- 3.2.1.31.6. Na determinação das vazões máximas para dimensionamento dos diversos trechos da rede de água fria, durante o seu uso normal, será verificada a possibilidade de uso simultâneo dos pontos de consumo (aparelhos, equipamentos e outros).
- 3.2.1.31.7. Prever registros para bloqueio de fluxos d'água nos seguintes pontos:
 - 3.2.1.31.7.1. Junto a aparelhos e dispositivos sujeitos a manutenção ou substituição como hidrômetros, torneiras de bóia, válvulas redutoras de pressão, bombas e outros;
 - 3.2.1.31.7.2. Nas saídas de reservatórios, exceto no extravasor.
 - 3.2.1.31.7.3. Nas colunas de distribuições;
 - 3.2.1.31.7.4. Nos ramais de grupos de aparelhos e pontos de consumo;
 - 3.2.1.31.7.5. Antes de cada válvula de descarga;
 - 3.2.1.31.7.6. Antes de pontos de consumo específicos, tais como bebedouros, filtros, mictórios e outros;
 - 3.2.1.31.7.7. Em outros casos especiais (seccionamentos, isolamentos e outros).
- 3.2.1.31.8. Os trechos horizontais longos das tubulações prever inclinação no sentido de favorecer o encaminhamento de ar para pontos altos.
- 3.2.1.31.9. Em pontos altos da rede de distribuição, quando da existência de sifões invertidos, devem ser colocados dispositivos para eliminação de ar.
- 3.2.1.31.10. Não serão permitidas tubulações solidárias a estruturas de concreto, exceto nas passagens das paredes e lajes dos reservatórios.
- 3.2.1.31.11. A localização das tubulações deve ser independente das estruturas e alvenarias, prevendo espaços livres verticais e horizontais para a sua passagem, com abertura para inspeções e substituições, podendo ser empregados forros ou paredes falsas para escondê-las.
- 3.2.1.31.12. Para as tubulações enterradas, o Autor do Projeto deverá verificar sua resistência quanto às cargas externas permanentes e eventuais a que estarão expostas e, se necessário, projetar reforços para garantir que as tubulações não sejam danificadas.
- 3.2.1.31.13. Prever ponto hidráulico nos banheiros, próximo ao lavatório a altura de 40 cm do piso, para limpeza dos mesmos.
- 3.2.1.31.14. Prever ponto para chuveiro elétrico no banheiro de serviço.
- 3.2.1.31.15. Nos banheiros prever bacia com caixa acoplada, com exceção nos adaptados para PNE que deve ser previsto bacia de louça com abertura frontal, válvula de descarga com barra para acionamento conforme a NBR 9050.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

O Projeto deverá conter os itens descritos neste documento, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

3.2.2. Projeto de Instalação de Esgoto:

- 3.2.2.1. A apresentação gráfica do projeto de Instalações de Esgotos Sanitários deverá, preferencialmente, estar incorporada a uma apresentação global dos projetos de Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Quando necessário e justificável, ou quando solicitado pelo Contratante, poderá ser feita apresentação em separado.
- 3.2.2.2. Deverá haver compatibilização de todos os projetos, arquitetônico, estrutural e instalações.
- 3.2.2.3. A CONTRATADA deverá obter informações sobre a localização, diâmetro, cota e disponibilidade da rede coletora pública ou de outros prováveis e possíveis receptores de esgotos sanitários.
- 3.2.2.4. Adotar os seguintes critérios de projeto:
- 3.2.2.4.1. Permitir o rápido escoamento dos despejos;
 - 3.2.2.4.2. Facilitar os serviços de desobstrução e limpeza sem que seja necessário danificar ou destruir parte das instalações, alvenarias e/ou estruturas;
 - 3.2.2.4.3. Impedir a passagem de gases, animais e insetos ao interior da edificação;
 - 3.2.2.4.4. Impedir a formação de depósitos de gases no interior das tubulações;
 - 3.2.2.4.5. Impedir a contaminação da água para consumo;
 - 3.2.2.4.6. Não interligar o sistema de esgotos sanitários com outros sistemas;
 - 3.2.2.4.7. Prever coletor para a conexão das instalações de esgotos sanitários da edificação ao sistema público de coleta de esgotos sanitários, ou a eventual sistema particular, de conformidade com a Norma NBR 7229.
 - 3.2.2.4.8. Sempre que possível, as tubulações não deverão ser embutidas nas alvenarias. Recomenda-se que as tubulações principais sejam aparentes, localizadas em "shafts", poços ou dutos de tubulações, de modo a facilitar os serviços de manutenção.
 - 3.2.2.4.9. Deverá ser elaborado projeto de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), somente se confirmado pela CONTRATANTE. No momento não há rede de coleta pública no local, entretanto já foi solicitado a ativação da rede local.
 - 3.2.2.4.10. Se houver rede pública de esgotos sanitários, em condições de atendimento, as instalações de esgoto das edificações deverão ligar-se obrigatoriamente a ela, respeitando as exigências da concessionária.
- 3.2.2.5. Admite-se o uso de instalações de tratamento constituídas por fossas sépticas e filtros biológicos em zonas desprovidas da rede de esgotos sanitários, desde que estes sejam projetados e executados em conformidade com a Norma NBR 7229 e postura de Leis Municipais.

Fase 01 - Estudo Preliminar:

- 3.2.2.6. Consiste na concepção do sistema de Esgotos Sanitários, a partir do conhecimento das



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

características arquitetônicas e de uso da edificação, consolidando definições preliminares quanto à localização e características técnicas dos pontos de coleta, demanda de esgotos, e pré-dimensionamento dos componentes principais, como caixas de coleta e inspeção, instalações de recalque, prumadas e tubulações.

- 3.2.2.7. A concepção eleita deverá resultar do cotejo de alternativas de solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, considerando parâmetros técnicos, econômicos e ambientais.
- 3.2.2.8. Nesta etapa serão delineadas todas as instalações necessárias ao uso da edificação, em atendimento ao Caderno de Encargos, normas e condições da legislação, obedecidas as diretrizes de economia de energia e de redução de eventual impacto ambiental.
- 3.2.2.9. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.2.2.9.1. Planta de situação da edificação, ao nível da rua, em escala adequada, com os traçados das tubulações externas;
- 3.2.2.9.2. Planta geral de cada nível da edificação, em escala adequada, contendo o caminhamento das tubulações e a localização dos demais elementos componentes do sistema, tais como aparelhos sanitários, ralos, tubos de ventilação, caixas coletoras, sifonadas, de inspeção e de separação e outros;
- 3.2.2.9.3. Representação isométrica esquemática da instalação;
- 3.2.2.9.4. Relatório justificativo, conforme Prática Geral de Projeto.
- 3.2.2.10. O Estudo Preliminar deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e demais sistemas, considerando a necessidade de acesso para inspeção e manutenção das instalações.

Fase 02 - Projeto Básico:

- 3.2.2.11. Consiste na definição, dimensionamento e representação do sistema de Esgotos Sanitários aprovado no Estudo Preliminar, incluindo o afastamento dos esgotos sanitários, localização precisa dos componentes, características técnicas dos equipamentos do sistema, demandas, bem como as indicações necessárias à execução das instalações.
- 3.2.2.12. O Projeto Básico conterá os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.
- 3.2.2.13. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.2.2.13.1. Planta de situação ao nível da rua, em escala mínima de 1:500, indicando a localização de todas as tubulações externas e as redes existentes das concessionárias e demais equipamentos de interesse;
- 3.2.2.13.2. Planta de cada nível da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação das tubulações quanto a comprimentos, material, diâmetro e elevação, localização precisa dos aparelhos sanitários, ralos e caixas sifonadas, peças e caixas de inspeção, tubos de ventilação, caixas coletoras e instalações de bombeamento, se houver, caixas separadoras e outros;
- 3.2.2.13.3. Desenhos da instalação de esgoto sanitário em representação isométrica referentes à rede geral, com indicação de diâmetro e comprimento dos tubos, ramais, coletores e subcoletores;
- 3.2.2.13.4. Quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.2.2.13.5. Orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;
- 3.2.2.13.6. Relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto.
- 3.2.2.14. O Projeto Básico deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e Instalações, observando a não interferência entre elementos dos diversos sistemas e considerando as facilidades de acesso para inspeção e manutenção das instalações hidráulicas de esgotos sanitários.

Projeto Executivo

- 3.2.2.15. Consiste no desenvolvimento do Projeto Básico, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes do sistema de esgotos sanitários a ser implantado, incluindo os embutidos, furos e rasgos a serem previstos na estrutura da edificação.
- 3.2.2.16. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.2.2.16.1. Planta de situação e de cada nível da edificação, conforme Projeto Básico, com a indicação de cortes e detalhes;
- 3.2.2.16.2. Plantas dos conjuntos de sanitários ou ambientes com despejos de água, preferencialmente em escala 1:20, com o detalhamento das instalações;
- 3.2.2.16.3. Detalhes de todas as caixas, peças de inspeção, instalações de bombeamento, montagem de equipamentos e outros que se fizerem necessários;
- 3.2.2.16.4. Detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura e de todas as peças a serem embutidas ou fixadas nas estruturas de concreto ou metálicas, para passagem e suporte da instalação;
- 3.2.2.16.5. Lista detalhada de materiais e equipamentos;
- 3.2.2.16.6. Relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto.

Afastamento de Despejos:

- 3.2.2.16.7. No caso da rede pública ser constituída por um sistema unitário de esgotamento, recebendo esgotos e águas pluviais, a ligação da instalação de esgotos sanitários a essa rede será feita independentemente da ligação de águas pluviais.
- 3.2.2.16.8. Nas zonas desprovidas de rede pública de esgotos sanitários, os resíduos líquidos, sólidos ou em qualquer estado de agregação da matéria, provenientes de edificações, somente podem ser despejados em águas interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas, após receberem tratamento que proporcionem a redução dos índices poluidores aos valores compatíveis com os corpos receptores, respeitada a legislação de proteção do meio ambiente.
- 3.2.2.16.9. No caso de lançamento dos esgotos sanitários em sistema receptor que não seja público, por inexistência deste, prever a possibilidade da futura ligação do coletor ao sistema.

Condução:

- 3.2.2.17. A condução dos esgotos sanitários à rede pública ou ao sistema receptor deve ser feita, sempre que possível, por gravidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.2.2.18. No caso em que os esgotos não puderem ser escoados por gravidade, estes serão encaminhados a uma caixa coletora e então bombeados, obedecendo às seguintes condições:
- 3.2.2.18.1. A caixa coletora será independente da caixa de drenagem de águas pluviais;
 - 3.2.2.18.2. Instalar dispositivo de retenção de matéria sólida, grade ou cesto, na entrada da caixa coletora;
 - 3.2.2.18.3. A caixa coletora possuirá fechamento hermético quando se localizar em ambiente confinado;
 - 3.2.2.18.4. Prover a caixa coletora de instalações de bombeamento, de pelo menos 2 (duas) unidades, sendo uma de reserva;
 - 3.2.2.18.5. As bombas serão de tipo apropriado para esgotos, de eixo vertical ou submersível, providas de válvula de retenção própria para cada unidade e de registros de fechamento e, de preferência, acionadas por motor elétrico;
 - 3.2.2.18.6. O comando das bombas será automático e deverá situar-se dentro do poço, em ponto onde a contribuição de entrada não provoque turbulência no nível de água, acarretando acionamentos indevidos; o volume da caixa, bem como as características das bombas deverão ser projetados para atender as vazões de contribuições e desnível a vencer;
 - 3.2.2.18.7. Deverá ser prevista fonte de alimentação alternativa, além da fonte pública para as bombas, quando a situação assim exigir;
 - 3.2.2.18.8. Recomenda-se a previsão de alarme, para acusar falhas no funcionamento do sistema;
 - 3.2.2.18.9. A tubulação de recalque será ligada à rede geral de esgotos sanitários, em ponto próprio para receber a descarga na vazão e pressão determinadas, por meio de caixa de inspeção especial ou por meio de junção de 45º, instalada em tubulação horizontal aparente com a derivação dirigida para cima.
 - 3.2.2.18.10. As mudanças de níveis nas tubulações horizontais serão feitas através de conexão em 90º.
 - 3.2.2.18.11. Prever peças adequadas de inspeção das tubulações aparentes ou embutidas, para fins de desobstrução, pelo menos nos seguintes lugares.
 - 3.2.2.18.12. Os pés dos tubos de queda;
 - 3.2.2.18.13. Nos ramais de esgoto e sub-ramais em trecho reto, a cada 15,00 m no máximo;
 - 3.2.2.18.14. Antes das mudanças de nível ou de direção, quando não houver aparelho sanitário ou outra inspeção a montante situada em distância adequada.
 - 3.2.2.18.15. As caixas de inspeção, coletoras e outras serão localizadas, de preferência, em áreas não edificadas e não deverão possuir reentrâncias ou cantos que possam servir para acúmulo ou deposição de materiais.

Coleta:

- 3.2.2.19. Aparelhos sanitários e ralos não devem ser conectados diretamente em subcoletores que recebem despejos com detergentes, os quais possuirão ramais independentes para evitar o retorno de espumas.
- 3.2.2.20. Evitar, sempre que possível, a ligação dos ramais de descarga de aparelhos em desvios de tubos de queda; neste caso, os ramais possuirão coluna totalmente separada ou interligada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

abaixo do desvio.

3.2.2.21. Todos os ramais de descarga se forem tubulações primárias, começarão em um sifão.

3.2.2.22. Os tanques obrigatoriamente serão ligados à rede de esgotos através de fecho hidráulico próprio, não sendo permitido o encaminhamento dos despejos às caixas sifonadas (ralos do piso).

Condições Complementares:

3.2.2.23. O sistema de ventilação referente à instalação predial de esgotos sanitários deverá obedecer rigorosamente à Norma NBR 8160.

3.2.2.24. É vedada a instalação de tubulação de esgoto em locais que possam apresentar risco de contaminação da água potável.

3.2.2.25. Os ralos sifonados suscetíveis de pouco uso receberão, pelo menos, um ramal de descarga de lavatório ou bebedouro, com a finalidade de manter e renovar a água do respectivo fecho hidráulico.

3.2.2.26. Quando forem previstas aberturas ou peças embutidas em qualquer elemento de estrutura, o autor do projeto de estruturas será cientificado para efeito de verificação e inclusão no desenho de fôrmas.

3.2.2.27. O autor do projeto deverá verificar as resistências das tubulações enterradas quanto a cargas externas, permanentes e eventuais, a que estarão expostas e, se necessário, projetar reforços para garantir que as tubulações não sejam danificadas.

3.2.3. PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM

FASE 01 - Estudo Preliminar

3.2.3.1. Consiste na concepção do sistema de Drenagem de Águas Pluviais, a partir do conhecimento das características arquitetônicas e de uso da edificação, consolidando definições preliminares quanto à localização e características técnicas dos pontos de coleta, demanda de águas pluviais, e pré-dimensionamento dos componentes principais, como caixas de coleta e inspeção, instalações de recalque, prumadas e tubulações.

3.2.3.2. A concepção eleita deverá resultar do cotejo de alternativas de solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, considerando parâmetros técnicos, econômicos e ambientais.

3.2.3.3. Nesta etapa serão delineadas todas as instalações necessárias ao uso da edificação, em atendimento ao Caderno de Encargos, normas e condições da legislação, obedecidas as diretrizes de economia de energia e de redução de eventual impacto ambiental.

3.2.3.4. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

3.2.3.4.1. Planta de situação da edificação, ao nível da rua, em escala adequada, com os traçados dos ramais coletores externos e caracterização de elementos como caixas de inspeção, caixas de areia, drenos, caixas coletoras, instalações de bombeamento e outras;

3.2.3.4.2. Planta geral de cobertura e demais níveis da edificação, onde constem áreas de contribuição, em escala adequada, contendo os caimentos e pontos baixos das superfícies, pontos e elementos de coleta, como calhas, canaletas, receptáculos e outros e localização de condutores verticais e horizontais;

3.2.3.4.3. Esquema isométrico da instalação;

3.2.3.4.4. Relatório justificativo.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.2.3.5. O Estudo Preliminar deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e demais sistemas, considerando a necessidade de acesso para inspeção e manutenção das instalações.

Fase 02 - Projeto Básico

- 3.2.3.6. Consiste na definição, dimensionamento e representação do sistema de Drenagem de Águas Pluviais, aprovado no Estudo Preliminar, incluindo o afastamento das águas pluviais, localização precisa dos componentes, características técnicas dos equipamentos do sistema, demandas, bem como as indicações necessárias à execução das instalações.
- 3.2.3.7. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.2.3.7.1. Planta de situação ao nível da rua, em escala mínima de 1:500, indicando a localização de todas as redes e ramais externos, inclusive redes da concessionária, posicionamento de todos os elementos de coleta e características das respectivas áreas de contribuição, com dimensões, limites, cotas, inclinação, sentido de escoamento, permeabilidade e outros;
 - 3.2.3.7.2. Planta da cobertura e demais níveis da edificação, onde constem áreas de contribuição, preferencialmente em escala 1:50, contendo a localização de todos os componentes descritos no estudo preliminar e dimensões, declividades, materiais e demais características de condutores, calhas, rufos e canaletas;
 - 3.2.3.7.3. Cortes, preferencialmente em escala 1:50, indicando o posicionamento dos condutores verticais;
 - 3.2.3.7.4. Desenhos em escalas adequadas, onde constem o posicionamento, dimensões físicas e características de instalações de bombeamento, drenos e caixas de inspeção, de areia e coletora;
 - 3.2.3.7.5. Isométrico da instalação;
 - 3.2.3.7.6. Quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;
 - 3.2.3.7.7. Relatório técnico.
- 3.2.3.8. O Projeto Básico deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e Instalações, observando a não interferência entre elementos dos diversos sistemas e considerando as facilidades de acesso para inspeção e manutenção das instalações hidráulicas de drenagem de águas pluviais.

Fase 02 – Projeto Executivo

- 3.2.3.9. Consiste no desenvolvimento do Projeto Básico, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes do sistema de Drenagem de Águas Pluviais a ser implantado, incluindo os embutidos, furos rasgos a serem previstos na estrutura da edificação.
- 3.2.3.10. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.2.3.10.1. Planta de situação, conforme projeto básico, com indicação das áreas a serem ampliadas ou detalhadas;
 - 3.2.3.10.2. Cortes, indicando posicionamento definitivo dos condutores verticais;
 - 3.2.3.10.3. Desenhos em escalas adequadas das instalações de bombeamento, drenos e caixas de inspeção, de areia e coletora, com indicação dos detalhes;
 - 3.2.3.10.4. Desenhos, em escala adequada, de todas as ampliações ou detalhes, de caixas de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

inspeção, canaletas, ralos, sala de bombas, caixas coletoras, montagem de equipamentos, suportes, fixações e outros;

3.2.3.10.5. Desenho do esquema geral da instalação;

3.2.3.10.6. Lista detalhada de materiais e equipamentos;

3.2.3.10.7. Relatório técnico.

3.2.3.11. Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a ficarem perfeitamente harmonizados entre si.

Normas e práticas complementares

3.2.3.12. Os projetos de Instalações Hidráulicas de Drenagem de Águas Pluviais deverão também atender às seguintes Normas e Práticas Complementares:

3.2.3.12.1.1. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;

3.2.3.12.2. Normas da ABNT e do INMETRO:

3.2.3.12.2.1. NBR 5580 - Tubo de Aço Carbono para Rosca Whitworth Gás para Usos Comuns na Condução de Fluidos - Especificação

3.2.3.12.2.2. NBR 5645 - Tubo Cerâmico para Canalizações - Especificação

3.2.3.12.2.3. NBR 5680 - Tubo de PVC Rígido, Dimensões - Padronização

3.2.3.12.2.4. NBR 8056 - Tubo Coletor de Fibrocimento para Esgoto Sanitário - Especificação

3.2.3.12.2.5. NBR 8161 - Tubos e Conexões de Ferro Fundido para Esgoto e Ventilação - Padronização

3.2.3.12.2.6. NBR 9793 - Tubo de Concreto Simples de Seção Circular para Águas Pluviais - Especificação

3.2.3.12.2.7. NBR 9794 - Tubo de Concreto Armado de Seção Circular para Águas Pluviais - Especificação

3.2.3.12.2.8. NBR 9814 - Execução de Rede Coletora de Esgoto Sanitário - Procedimento

3.2.3.12.2.9. NBR 10067 - Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico

3.2.3.12.2.10. NBR 10843 - Tubos de PVC Rígido para Instalações Prediais de Águas Pluviais - Especificação

3.2.3.12.2.11. NBR 10844 - Instalações Prediais de Águas Pluviais

3.2.3.12.3. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

3.2.3.12.4. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.

3.2.4. PROJETO EXECUTIVO REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS

3.2.4.1. Conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visem definir e disciplinar a instalação de sistemas de captação das águas pluviais da superfície dos telhados para utilização em locais onde não há necessidade de águas potáveis.

3.2.4.2. A apresentação gráfica do projeto de captação, condução e distribuição de Águas Pluviais deverá, preferencialmente, estar incorporada a uma apresentação global dos projetos de instalações hidráulicas e sanitárias. Quando necessário e justificável, ou quando solicitado pelo Contratante, poderá ser feita apresentação em separado.

FASE 01 - Estudo Preliminar



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.2.4.3. Consiste na concepção do sistema de captação de Águas Pluviais, a partir do conhecimento das características arquitetônicas, uso da edificação, e os índices de chuva da região onde será instalado. Consolidando definições preliminares quanto à localização e características técnicas dos pontos de coleta, que será através de calhas que conduzem a água pluvial para filtragem e depois para armazenagem em cisternas. Pré-dimensionamento de motores que bombearam a água filtrada para o reservatório elevado, e pré-dimensionamento dos componentes principais, reservatório elevado, cisterna, caixas de coleta e inspeção, instalações de recalque, prumadas e tubulações.
- 3.2.4.4. A concepção eleita deverá resultar do cotejo de alternativas de solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, considerando parâmetros técnicos, econômicos e ambientais.
- 3.2.4.5. Nesta etapa serão delineadas todas as instalações necessárias ao uso da edificação, normas e condições da legislação, obedecidas às diretrizes de economia de energia e de redução de eventual impacto ambiental.
- 3.2.4.6. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.2.4.6.1. Planta de situação da edificação, em escala adequada, com os traçados dos ramais coletores externos, caracterização de elementos como caixas de inspeção de águas pluviais, instalações de bombeamento, localização da cisterna e outras;
 - 3.2.4.6.2. Planta geral de cobertura e demais níveis da edificação, onde constem áreas de contribuição, em escala adequada, contendo os caimentos e pontos baixos das superfícies, pontos e elementos de coleta, como calhas, canaletas, receptáculos e outros e localização de condutores verticais e horizontais;
 - 3.2.4.6.3. Esquema isométrico da instalação;
 - 3.2.4.6.4. Relatório justificativo. O Estudo Preliminar deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e demais sistemas, considerando a necessidade de acesso para inspeção e manutenção das instalações.

FASE 02 - Projeto Básico

- 3.2.4.7. Consiste na definição, dimensionamento e representação do sistema de Aproveitamento de Águas Pluviais aprovado no Estudo Preliminar, incluindo o afastamento das águas pluviais não utilizadas, localização precisa dos componentes, características técnicas dos equipamentos do sistema, demandas, bem como as indicações necessárias à execução das instalações.
- 3.2.4.8. O Projeto Básico conterá os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.
- 3.2.4.9. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.2.4.9.1. Planta de situação ao nível da rua, em escala mínima de 1:500, indicando a localização de todas as redes e ramais externos, posicionamento de todos os elementos de coleta e características das respectivas áreas de contribuição, com dimensões, limites, cotas, inclinação, sentido de escoamento, permeabilidade e outros;
 - 3.2.4.9.2. Planta da cobertura e demais níveis da edificação, onde constem áreas de



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

contribuição, preferencialmente em escala 1:50, contendo a localização de todos os componentes descritos no estudo preliminar e dimensões, declividades, materiais e demais características de condutores, calhas, rufos e canaletas;

- 3.2.4.9.3. Cortes, preferencialmente em escala 1:50, indicando o posicionamento dos condutores verticais;
- 3.2.4.9.4. Desenhos em escalas adequadas, onde constem o posicionamento, dimensões físicas e características de instalações de bombeamento, caixas de inspeção para águas pluviais, reservatório e cisterna;
- 3.2.4.9.5. Isométrico da instalação;
- 3.2.4.9.6. Quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;
- 3.2.4.9.7. Orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;
- 3.2.4.9.8. Relatório técnico.
- 3.2.4.10. O Projeto Básico deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e Instalações, observando a não interferência entre elementos dos diversos sistemas e considerando as facilidades de acesso para inspeção e manutenção das instalações hidráulicas de águas pluviais.

Fase 03 - Projeto Executivo

- 3.2.4.11. Consiste no desenvolvimento do Projeto Básico, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes do sistema de Reuso de Águas Pluviais a ser implantado, incluindo os embutidos, furos e rasgos a serem previstos na estrutura da edificação.
- 3.2.4.12. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
 - 3.2.4.12.1. Planta de situação, conforme projeto básico.
 - 3.2.4.12.2. Cortes, indicando posicionamento definitivo dos condutores verticais;
 - 3.2.4.12.3. Desenhos em escalas adequadas das instalações de bombeamento, escoamento das águas que não serão usadas para reuso, caixas de inspeção para águas pluviais e coletora, com indicação dos detalhes;
 - 3.2.4.12.4. Canaletas, ralos, sala de bombas, caixas coletoras, montagem de equipamentos, suportes, fixações e outros;
 - 3.2.4.12.5. Desenho do esquema geral da instalação;
 - 3.2.4.12.6. Lista detalhada de materiais e equipamentos;
 - 3.2.4.12.7. Relatório técnico.
- 3.2.4.13. Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a ficarem perfeitamente harmonizados entre si.
- 3.2.4.14. Identificar e classificar as águas pluviais para reuso em:
 - 3.2.4.14.1. Águas pluviais referentes às edificações e provenientes de coberturas, terraços, marquises e outros;
 - 3.2.4.14.2. Águas pluviais externas, provenientes de áreas impermeáveis descobertas como pátios, quintais, ruas, estacionamentos e outros;
- 3.2.4.15. Conhecer e delimitar as áreas de contribuição que receberão as chuvas e que terão que ser canalizadas e filtradas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

3.2.4.16. Definir os pontos prováveis de lançamento das águas pluviais, em função da inclinação dos telhados, definir as vazões de projeto que serão utilizadas para o dimensionamento da bomba na cisterna determinando:

3.2.4.16.1.1. A intensidade pluviométrica, a partir da fixação da duração da precipitação e do período de retorno adequados para a região;

3.2.4.16.1.2. A vazão do projeto para cada área de contribuição.

3.2.4.17. Adotar, sempre que possível, os seguintes critérios de projeto:

3.2.4.17.1.1. Garantir, de forma homogênea, a coleta de águas pluviais, acumuladas ou não, de todas as áreas dos telhados atingidas pelas chuvas;

3.2.4.17.1.2. Conduzir as águas pluviais com aproveitamento coletadas para um reservatório podendo ser uma cisterna enterrada ou não, conforme terreno;

3.2.4.17.1.3. Não interligar o sistema de águas de aproveitamento com outros sistemas, não ser as águas de reuso descartadas que poderão ser entregues nas tubulações de águas pluviais.

3.2.4.17.1.4. Permitir a limpeza e desobstrução de qualquer trecho da instalação, sem que seja necessário danificar ou destruir parte das instalações.

3.2.4.18. Para a determinação da intensidade pluviométrica, deverá ser utilizada a tabela da norma NBR 10844, Sistema de Recalque, respeitando as exigências dos órgãos locais. Para locais sem estudos pluviométricos, esta determinação deverá ter correlação com dados dos postos mais próximos que tenham regime meteorológico semelhante ao do local em questão.

3.2.5. Coleta de Águas Pluviais:

3.2.5.1. A captação da água de chuva contribui na contenção de enxurradas que provocam alagamentos, principalmente em regiões com grandes áreas impermeabilizadas.

3.2.5.2. Coletar as águas das chuvas através de calhas dimensionadas de modo a suprir a demanda de chuvas na região e encaminhar estas águas para uma cisterna.

3.2.5.3. Prever depósito de água destinado a compensar diferenças entre vazões de abastecimento e consumo e proporcionar distribuição contínua sob pressões adequadas, inclusive durante períodos de estiagem. No caso de períodos de estiagem deve ser previsto um sistema alternativo com dispositivos que automaticamente acionem a água potável para abastecer os pontos servidos com águas pluviais.

3.2.5.4. Considerar no volume total de armazenamento a reserva de água para combate a incêndio.

3.2.5.5. Caso o reservatório superior seja suficiente para atender os pontos abastecidos com águas da chuva, considerar reservatório superior por gravidade para abastecimento da Vara de Trabalho e Cisterna para uso de prevenção contra incêndios.

3.2.5.6. A forma dos reservatórios deverá proporcionar máxima economia global em termos de fundação, estrutura, utilização da área, operação e sua conservação, interligação com o sistema de distribuição e estar harmonizado com o projeto de arquitetura.

3.2.5.7. Prever dispositivo limitador do nível de água máximo, de maneira a impedir a perda de água por extravasamento;

3.2.5.8. Permitir fácil acesso a seu interior para serviços de limpeza e conservação;

3.2.5.9. Impedir o acesso ao seu interior de elementos que possam poluir ou contaminar as águas;

3.2.5.10. Prever extravasor dimensionado para possibilitar a descarga da vazão máxima que alimenta o reservatório;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.2.5.11. Prever tubulação de limpeza situada abaixo do nível de água mínimo (saída de água para distribuição ou incêndio);
- 3.2.5.12. Não conectar a tubulação de limpeza e extravasor diretamente com a rede de esgotos, de águas pluviais ou qualquer outra fonte de possível contaminação;
- 3.2.5.13. Poderão ser utilizados reservatórios pré-fabricados ou de fabricação normalizada, desde que satisfaçam às exigências desta Prática e do item 4.5.6 da Norma NBR 5626.
- 3.2.5.14. Os reservatórios que não sejam de fabricação em série devem ter inclinação na superfície da laje do fundo, na direção da tubulação de limpeza.

Tratamento de Águas de Reuso:

- 3.2.5.15. Deve ser previsto dispositivos de descarte das primeiras chuvas onde podem ser vistos microrganismos potencialmente presentes em águas de chuva escoadas de telhados. Devem ser instalados, preliminarmente, filtros de linha verticais, equipamentos específicos de filtração instalados na horizontal, dispositivos para descarte de águas inicialmente escoadas e equipamentos de desinfecção, em instalações laboratoriais.
- 3.2.5.16. A escolha de filtros orienta-se pela eficiência na remoção de sólidos, grau de aproveitamento da água a ser filtrada e adaptação ao uso, segundo diversos valores de vazão e de sólidos. Os dispositivos de descarte serão avaliados quanto à automação e características de operação. A compatibilidade desses produtos com soluções construtivas e arquitetônicas típicas e inovativas também será verificada.

Distribuição de Águas Pluviais:

- 3.2.5.17. A distribuição deve ser indireta realizada através de reservatório próprio, por gravidade ou através de instalação hidropneumática. Depende da solução adotada
- 3.2.5.18. Prever uso em: lavagem de calçadas, de carros, na irrigação de canteiros e jardins, na reserva de incêndio e, principalmente, em instalações sanitárias (bacias e descargas).
- 3.2.5.19. Não poderá ser utilizada para consumo humano.
- 3.2.5.20. Adotar, sempre que possível, os seguintes critérios de projeto:
- 3.2.5.20.1. Utilização de soluções com custos de manutenção e operação compatíveis com o custo de instalação do sistema;
- 3.2.5.20.2. Preservação da qualidade da água. A desinfecção das águas de chuva é processo obrigatório para a maioria dos usos que têm sido cogitados. Inicialmente apresenta-se como solução a manutenção permanente de um teor de cloro residual livre mínimo no reservatório de águas pluviais, de modo a que se mantenha a garantia do efeito residuário quando houver bombeamento para o uso. Uma segunda possibilidade é a desinfecção da água na tubulação que conduz a água pluvial no momento do uso.
- 3.2.5.20.3. Sempre que possível, as tubulações não deverão ser embutidas nas alvenarias. Recomenda-se que as tubulações principais sejam aparentes, localizadas em "shafts", poços ou dutos de tubulações, de modo a facilitar os serviços de manutenção.
- 3.2.5.20.4. Todas as tubulações da instalação deverão ser dimensionadas para funcionar como condutos forçados, definindo-se, para cada trecho, os parâmetros hidráulicos do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

escoamento (diâmetro, vazão, velocidade e perda de carga).

3.2.5.21. Prever registros para bloqueio de fluxos d'água nos seguintes pontos:

- 3.2.5.21.1. Junto a aparelhos e dispositivos sujeitos a manutenção ou substituição como hidrômetros, torneiras de bóia, válvulas redutoras de pressão, bombas e outros;
- 3.2.5.21.2. Nas saídas de reservatórios, exceto no extravasor.
- 3.2.5.21.3. Nas colunas de distribuições;
- 3.2.5.21.4. Nos ramais de grupos de aparelhos e pontos de consumo;
- 3.2.5.21.5. Antes de cada válvula de descarga;
- 3.2.5.21.6. Em outros casos especiais (seccionamentos, isolamentos e outros).
- 3.2.5.21.7. Os trechos horizontais longos das tubulações prever inclinação no sentido de favorecer o encaminhamento de ar para pontos altos.
- 3.2.5.21.8. Em pontos altos da rede de distribuição, quando da existência de sifões invertidos, devem ser colocados dispositivos para eliminação de ar.
- 3.2.5.21.9. Não serão permitidas tubulações solidárias a estruturas de concreto, exceto nas passagens das paredes e lajes dos reservatórios.
- 3.2.5.21.10. A localização das tubulações deve ser independente das estruturas e alvenarias, prevendo espaços livres verticais e horizontais para a sua passagem, com abertura para inspeções e
- 3.2.5.21.11. substituições, podendo ser empregados forros ou paredes falsas para escondê-las.
- 3.2.5.21.12. Para as tubulações enterradas, o Autor do Projeto deverá verificar sua resistência quanto às cargas externas permanentes e eventuais a que estarão expostas e, se necessário, projetar reforços para garantir que as tubulações não sejam danificadas.
- 3.2.5.21.13. Prever ponto para torneira de jardim.
- 3.2.5.21.14. Nos banheiros prever bacia com caixa acoplada, com exceção nos adaptados para PNE.
- 3.2.5.21.15. Utilização de dispositivos, como bacias acopladas em vez de válvulas de descarga para bacias sanitárias, que serão ligadas independentes no sistema de utilização de uso de águas pluviais.

3.2.6. O Projeto deverá conter os itens descritos neste documento, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

Informações complementares.

Coberturas Horizontais de Laje:

- 3.2.6.1.1. Deve ser dada preferência a soluções com desvio das águas pluviais para calhas coletoras;
- 3.2.6.1.2. Nas saídas laterais das águas pluviais, devem ser instaladas grelhas planas, colocadas oblíqua ou verticalmente, fazendo uma primeira filtragem.
- 3.2.6.1.3. No dimensionamento dos bocais de saída das águas pluviais, deverão ser consideradas as formulações de escoamento adequadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Calhas e Rufos:

- 3.2.6.1.4. A conexão da calha ao condutor de saída será preferencialmente na sua parte inferior, por meio de funil ou caixa especial;
- 3.2.6.1.5. Nas saídas verticais, deverão ser previstos ralos hemisféricos e nas saídas horizontais grelhas planas, para evitar obstruções;
- 3.2.6.1.6. As calhas deverão ser acessíveis ao pessoal de manutenção, em todos os pontos das linhas, para fins de limpeza e manutenção.

Condutores Verticais:

- 3.2.6.1.7. Junto à extremidade inferior dos condutores verticais, deverão ser previstas caixas de captação visitáveis, que despejarão na cisterna.
- 3.2.6.1.8. Deverão ser previstas peças de inspeção próximas e a montante das curvas de desvio, inclusive no pé da coluna, mesmo quando houver caixa de captação logo após a curva de saída;
- 3.2.6.1.9. Os condutores deverão ser colocados externamente ao edifício somente quando for previsto pelo projeto arquitetônico.

Condutores Horizontais:

- 3.2.6.1.10. A declividade mínima dos condutores deverá estar de conformidade com o item 5.7.1 da norma NBR 10844;
 - 3.2.6.1.11. As declividades máximas dos condutores não deverão ultrapassar valores que causem velocidades excessivas de escoamento a fim de evitar a erosão do tubo;
 - 3.2.6.1.12. A ligação de condutores verticais a tubos horizontais aparentes será feita por meio de curva de raio longo e junção de 45 graus, colocada, sempre que possível, com a derivação em posição horizontal.
- 3.2.7. O autor do projeto deverá verificar as resistências das tubulações enterradas quanto às cargas externas, permanentes e eventuais, a que estarão expostas, e, se necessário, projetar reforços para garantir que as tubulações não sejam danificadas.
- 3.2.8. Os suportes para as canalizações suspensas deverão ser posicionados e dimensionadas de modo a não permitir sua deformação física.

3.3. PROJETO PREVENÇÃO DE INCÊNDIO

Fase 01 - Estudo Preliminar

- 3.3.1.1. Consiste na concepção do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, a partir do conhecimento das características arquitetônicas e de uso da edificação, consolidando definições preliminares quanto à localização e características técnicas dos pontos de combate, demanda de água, e pré-dimensionamento dos componentes principais, como reservatório, bombas de recalque, prumadas e tubulações.
- 3.3.1.2. A concepção eleita deverá resultar do cotejo de alternativas de solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, considerando parâmetros técnicos, econômicos e ambientais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.3.1.3. Nesta etapa serão delineadas todas as instalações necessárias ao uso da edificação, em atendimento ao Caderno de Encargos, normas e condições da legislação, obedecidas as diretrizes de economia de energia e de redução de eventual impacto ambiental.
- 3.3.1.4. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.3.1.4.1. Planta geral para cada nível da construção, inclusive nível da rua e das coberturas em escala adequada, com indicação dos componentes dos sistemas, como tubulações horizontais e verticais, locação dos hidrantes internos e externos, chuveiros automáticos, válvula de retenção e alarme, extintores, bombas, reservatórios, registros de bloqueio e de recalque, válvulas de retenção e outros;
 - 3.3.1.4.2. Relatório justificativo, incluindo também a listagem das edificações e respectivas classes de ocupação e de risco.
 - 3.3.1.4.3. O Estudo Preliminar deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e demais sistemas, considerando a necessidade de acesso para inspeção e manutenção das instalações.

Fase 2 - Projeto Básico

- 3.3.1.5. Consiste na definição, dimensionamento e representação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio aprovado no Estudo Preliminar, incluindo a localização precisa dos componentes, características técnicas dos equipamentos do sistema, demanda de água, bem como as indicações necessárias à execução das instalações.
- 3.3.1.6. O Projeto Básico compreenderá a documentação necessária à apresentação e aprovação pelo Corpo de Bombeiros local .
- 3.3.1.7. O Projeto Básico conterá os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.
- 3.3.1.8. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.3.1.8.1. Planta de situação, em escala adequada, com indicação das canalizações externas, inclusive redes existentes das concessionárias e outras de interesse;
 - 3.3.1.8.2. Planta geral para cada nível da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação das tubulações, comprimentos, vazões, pressões nos pontos de interesse, cotas de elevação, registros, válvulas, extintores, especificações dos materiais básicos e outros;
 - 3.3.1.8.3. Representação isométrica, em escala adequada, dos sistemas de hidrantes ou mangotinho, chuveiros automáticos, com indicação de diâmetros, comprimentos dos tubos e das mangueiras, vazões nos pontos principais, cotas de elevação e outros;
 - 3.3.1.8.4. Desenhos esquemáticos referentes à sala de bombas, reservatórios e abrigos;
 - 3.3.1.8.5. Quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;
 - 3.3.1.8.6. Orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;
 - 3.3.1.8.7. Relatório técnico.
- 3.3.1.9. O Projeto Básico deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e Instalações, observando a não interferência entre elementos dos diversos sistemas e considerando as facilidades de acesso para inspeção e manutenção das instalações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

prevenção e combate a incêndio.

Fase 03 - Projeto Executivo APROVADO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ

- 3.3.1.10. Consiste no desenvolvimento do Projeto Básico, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio a ser implantado, incluindo os embutidos, furos e rasgos a serem previstos na estrutura da edificação.
- 3.3.1.11. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.3.1.11.1. Plantas de situação e de cada nível da edificação, conforme projeto básico, com indicação dos detalhes de todos os dispositivos, suportes e acessórios;
 - 3.3.1.11.2. Detalhes de execução ou instalação dos hidrantes, chuveiros automáticos, extintores, sinalizações, sala de bombas, reservatórios, abrigos e outros;
 - 3.3.1.11.3. Detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura e suporte da instalação, e das peças a ser embutidas;
 - 3.3.1.11.4. Lista detalhada de materiais e equipamentos;
 - 3.3.1.11.5. Relatório técnico.
- 3.3.1.12. Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a estarem perfeitamente harmonizados entre si.

Normas e práticas complementares

- 3.3.1.13. Os projetos de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio deverão também atender às seguintes Normas e Práticas Complementares:
- 3.3.1.13.1. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;
 - 3.3.1.13.2. Normas da ABNT e do INMETRO:
 - 3.3.1.13.2.1. NBR 6135 - Chuveiros Automáticos para Extinção de Incêndio - Especificação
 - 3.3.1.13.2.2. NBR 9077 - Saídas de Emergência em Edifícios
 - 3.3.1.13.2.3. NBR 9441 - Execução de Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio
 - 3.3.1.13.2.4. NBR 10067 - Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico
 - 3.3.1.13.2.5. NBR 10720 - Prevenção e Proteção contra Incêndio em Instalações Aeroportuárias
 - 3.3.1.13.2.6. NBR 10897 - Proteção contra Incêndio por Chuveiro Automático - Procedimento
 - 3.3.1.13.2.7. NBR 11742 - Porta Corta-Fogo para Saídas de Emergência
 - 3.3.1.13.2.8. NBR 12693 - Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio
 - 3.3.1.13.3. Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT:
 - 3.3.1.13.3.1. NR 26 - Sinalização de Segurança
 - 3.3.1.13.3.2. NR 23 - Proteção contra Incêndios
 - 3.3.1.13.4. Normas e Diretrizes de Projeto do Corpo de Bombeiros Local
 - 3.3.1.13.5. Regulamento para a Concessão de Descontos aos Riscos de Incêndio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB);
 - 3.3.1.13.6. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
 - 3.3.1.13.7. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA CONFEA.



3.4. PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO

- 3.4.1. A contratada deverá efetuar estudo e propor solução de sistemas de refrigeração de ar. As soluções propostas deverão possuir a melhor relação custo/benefício.
- 3.4.2. Deverá ser atendida toda a área interna da edificação;
- 3.4.3. O projeto deverá ser dimensionado de maneira a manter as condições de temperatura, umidade, renovação de ar e ventilação de cada ambiente, dentro das faixas recomendáveis pela ABNT.
- 3.4.4. Todos os acessórios essenciais ao perfeito funcionamento/instalação dos equipamentos deverão ser previstos nos projetos.

Fase 01 - Estudo Preliminar

- 3.4.4.1. Consiste na concepção do Sistema de Ar Condicionado, a partir das características arquitetônicas e de uso da adequação, consolidando definições preliminares quanto à localização e características técnicas dos equipamentos, pontos de consumo de utilidades e pré-dimensionamento das redes de dutos.
- 3.4.4.2. A concepção eleita deverá resultar do cotejo de alternativas da solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, considerando parâmetros técnicos de economia e Conservação de energia.
- 3.4.4.3. Nesta etapa serão delineados todos os sistemas necessários ao uso da edificação, em atendimento ao Caderno de Encargos, normas e condições de legislação, obedecidas as diretrizes de economia de energia e de redução de eventual impacto ambiental.
- 3.4.4.4. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.4.4.4.1. Planta geral de cada nível da edificação, em escala adequada, contendo o caminhamento dos dutos de ar, a indicação das bocas de entrada e saída de ar; pontos de alimentação de força, água e vapor, quando existentes, com os respectivos consumos e pontos de dreno; localização dos componentes do sistema, como casa de máquinas e equipamentos, condicionadores e torre de resfriamento, com os respectivos pesos e outros elementos;
- 3.4.4.4.2. Representação isométrica esquemática da rede hidráulica e equipamentos interligados;
- 3.4.4.4.3. Relatório justificativo da solução adotada.
- 3.4.4.5. O Estudo Preliminar deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e demais sistemas, observando a não interferência entre elementos dos diversos projetos e a necessidade de acesso para inspeção e manutenção das instalações.

Fase 02 - Projeto Básico

- 3.4.4.6. Consiste na definição, dimensionamento e representação de todos os seus componentes.
- 3.4.4.7. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

3.4.4.8. Planta de cada nível da edificação e cortes, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação dos dutos de insulamento e retorno de ar, canalizações de água gelada e condensação, quanto a materiais, comprimentos e dimensões, com elevações; bocas de insulamento e retorno; localização precisa dos equipamentos, aberturas para tomadas e saídas de ar, pontos de consumo;

3.4.4.8.1. Interligações elétricas, comando e sinalização e outros elementos;

3.4.4.8.2. Desenhos do sistema de instalação de ar condicionado em representação isométrica, com a indicação de dimensões, diâmetros e comprimentos dos dutos e canalizações, vazões, pressões nos pontos principais ou críticos, cotas, conexões, registros, válvulas e outros elementos.

3.4.4.8.3. Detalhes das salas para condicionadores e outros elementos;

3.4.4.8.4. Detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura, para passagem e suporte da instalação;

3.4.4.8.5. Orçamento detalhado das instalações baseado em quantitativos de materiais e fornecimento;L

3.4.4.8.6. Relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto.

3.4.5. O Projeto Básico deverá estar harmonizado com os projetos de Arquitetura, Estrutura e demais Instalações observando a não interferência entre elementos dos diversos projetos e a necessidade de acesso para inspeção e manutenção das instalações.

Fase 03 - Projeto Executivo

3.4.5.1. Consistem na complementação do Projeto Básico apresentando todos os detalhes de execução, montagem e instalação dos componentes do sistema, inclusive elementos de suporte, fixação, apoio de dutos e tubulações, isolamento e outros.

3.4.5.2. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

3.4.5.2.1. Plantas de cada nível da edificação, conforme o projeto básico, com ampliações (quando necessárias), cortes e detalhes, indicação de tipos, modelos e fabricantes de todos os dispositivos, suportes e acessórios;

3.4.5.2.2. Detalhes da instalação de todos os equipamentos, com indicação dos modelos, capacidade e fabricantes;

3.4.5.2.3. Lista detalhada de materiais e equipamentos;

3.4.5.2.4. Relatório técnico conforme Prática Geral de Projeto.

3.4.5.3. Os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, para que fiquem perfeitamente harmonizados entre si.

3.4.6. Normas e práticas complementares

3.4.6.1. Os projetos de Instalações de Ar Condicionado Central deverão atender também as seguintes Normas e Práticas Complementares:

3.4.6.2. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;

3.4.6.3. Normas da ABNT e do INMETRO:

3.4.6.3.1. NBR 6401- Instalações de Condicionamento de ar - Procedimento

3.4.6.3.2. NBR 7256 - Tratamento de ar em Unidades Médico-Assistenciais

3.4.6.3.3. NBR 10067 - Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico

3.4.6.3.4. NBR 10080 - Instalação de Ar Condicionado para Salas de Computadores;

3.4.7. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

de concessionárias de serviços públicos;

3.4.8. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.

3.5. PROJETO DE FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS DE CONCRETO

Projeto de Fundações

Fase 01 - Estudo Preliminar projeto de Fundações

- 3.5.1.1. Consiste na concepção das Fundações, comparando as diversas soluções alternativas. Os parâmetros e critérios de comparação devem ter por objetivo selecionar a melhor solução para o Contratante, considerando os aspectos de economia, facilidades de execução, recursos disponíveis, segurança e outros fatores específicos.
- 3.5.1.2. Nesta etapa serão delineadas todos os serviços necessários à execução das Fundações, em atendimento às normas e ao Caderno de Encargos.
- 3.5.1.3. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
 - 3.5.1.3.1. Planta, em escala adequada, apresentando a solução a ser adotada, com indicação das características principais das fundações;
 - 3.5.1.3.2. Relatório justificativo, onde deverá ser apresentado o estudo comparativo das opções estruturais, incluindo o eventual programa de investigações geotécnicas adicionais.
- 3.5.1.4. O Estudo Preliminar deverá estar harmonizado com os projetos de estrutura, arquitetura, terraplenagem e demais projetos.

Fase 02 - Projeto Básico Fundações

- 3.5.1.5. Consiste no dimensionamento da solução aprovada no Estudo Preliminar, baseada nos estudos e pesquisas programadas na etapa anterior, de forma a permitir a previsão dos custos de execução com o grau de precisão acordado com o Contratante.
- 3.5.1.6. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
 - 3.5.1.6.1. Plantas de locação e formas das fundações;
 - 3.5.1.6.2. Especificações técnicas de materiais e serviços;
 - 3.5.1.6.3. Orçamento detalhado das fundações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;
 - 3.5.1.6.4. Relatório técnico, onde deverão ser apresentados: descrições das soluções, justificativas técnicas dos dimensionamentos, tensões e cargas admissíveis, cálculo estimativo dos recalques totais,
 - 3.5.1.6.5. Diferenciais e distorções angulares e comparação com os valores admissíveis, considerações sobre o comportamento das fundações ao longo do tempo e eventuais riscos de danos em edificações vizinhas, metodologia executiva sucinta, características e disponibilidade dos equipamentos a serem utilizados.
- 3.5.1.7. Os desenhos do projeto de Fundações usualmente são apresentados pelo autor do projeto estrutural.
- 3.5.1.8. O Projeto Básico deverá estar harmonizado com os projetos de Estrutura, Arquitetura, Terraplenagem e demais projetos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Fase 03 - Projeto Executivo Fundações

3.5.1.9. Consiste no detalhamento completo das Fundações, concebida e dimensionada nas etapas anteriores. Deverá conter de forma clara e precisa todos os detalhes construtivos necessários à perfeita execução das fundações.

3.5.1.10. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

3.5.1.10.1. Plantas de locação dos pilares e respectivas cargas;

3.5.1.10.2. Planta de locação das estacas, tubulões ou sapatas, com os detalhes construtivos e armações específicas;

3.5.1.10.3. Formas das fundações, em escala adequada;

3.5.1.10.4. Formas e armação, em escala adequada, das vigas de fundação, travamento, rigidez;

3.5.1.10.5. Formas e armação, em escala adequada, dos blocos ou sapatas;

3.5.1.10.6. Relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto, onde deverão ser apresentados: descrição detalhada das soluções, características das soluções e critérios de orientação do projeto estrutural, e detalhamento das definições do Projeto Básico.

3.5.1.10.7. Com exceção de casos muito complexos, os desenhos do projeto de Fundações normalmente são apresentados pelo autor do projeto estrutural.

3.5.1.10.8. Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a estarem perfeitamente harmonizados entre si.

3.5.1.10.9. Plano de concretagem e de controle tecnológico do concreto.

3.5.2. Normas e práticas complementares - Fundações

3.5.2.1. Os projetos de Fundações deverão também atender às seguintes Normas e Práticas Complementares:

3.5.2.2. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;

3.5.2.3. Normas da ABNT e do INMETRO:

3.5.2.3.1. NBR 5629 - Estruturas Ancoradas no Terreno - Ancoragens Injetadas no Terreno - Procedimento

3.5.2.3.2. NBR 6121 - Prova de Carga a Compressão em Estacas Verticais - Procedimento

3.5.2.3.3. NBR 6122 - Projeto e Execução de Fundações - Procedimento

3.5.2.3.4. NBR 6489 - Prova de Carga Direta sobre o Terreno de Fundações - Procedimento

3.5.2.3.5. NBR 6502 - Rochas e Solos - Terminologia

3.5.2.3.6. NBR 8036 - Programação de Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios

3.5.2.3.7. NBR 10067 - Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico

3.5.2.4. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

3.5.2.5. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.

Projeto de Estruturas

Fase 01 - Estudo Preliminar Projeto de Estruturas de Concreto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.5.2.6. Consiste no estudo de viabilidade técnica e econômica da estrutura, comparando as diversas soluções alternativas.
- 3.5.2.7. Os parâmetros e critérios de comparação devem ter por objetivo selecionar a melhor solução para o Contratante, considerando os aspectos de economia, facilidades de manutenção, facilidades de execução, recursos disponíveis, segurança, funcionalidade e adequação da estrutura ao uso e outros fatores específicos.
- 3.5.2.8. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.5.2.8.1. Desenhos unifilares de todos os pavimentos, indicando as dimensões das peças estruturais que vierem a condicionar o Projeto Básico de arquitetura;
 - 3.5.2.8.2. Relatório justificativo, conforme Prática Geral de Projeto, onde deverá ser apresentados o estudo comparativo das opções estruturais com a justificativa técnica e econômica da alternativa eleita.

Fase 02 - Projeto Básico de Estruturas de Concreto

- 3.5.2.9. Consiste no dimensionamento das principais peças do sistema estrutural selecionado, de forma a permitir a previsão dos custos de execução com o grau de precisão acordado com o Contratante.
- 3.5.2.10. O Projeto Básico conterá os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da execução da estrutura, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.
- 3.5.2.11. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.5.2.11.1. Formas de todos os pavimentos, incluindo dimensões principais, locações, níveis e contraflexas;
 - 3.5.2.11.2. Detalhes de armaduras especiais;
 - 3.5.2.11.3. Especificações técnicas de materiais e serviços;
 - 3.5.2.11.4. Orçamento detalhado da estrutura, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos;
 - 3.5.2.11.5. Relatório técnico, onde deverão ser apresentados:
 - 3.5.2.11.5.1. Justificativas técnicas dos dimensionamentos, consumo de concreto por pavimento, previsão de consumo de aço por pavimento, consumo de formas por pavimento e a seqüência executiva obrigatória, se for requerida pelo esquema estrutural.
- 3.5.2.12. O Projeto Básico deverá ser harmonizado com os projetos de arquitetura, estrutura metálica, fundações e demais instalações.

Fase 3 - Projeto Executivo de Estruturas de Concreto

- 3.5.2.13. Consiste no detalhamento completo da estrutura concebida e dimensionada nas etapas anteriores. Deverá conter de forma clara e precisa todos os detalhes construtivos necessários à perfeita execução da estrutura.
- 3.5.2.14. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:
- 3.5.2.14.1. Desenhos de formas contendo:



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.5.2.14.1.1. Planta, em escala apropriada, de todos os pavimentos e escadas;
- 3.5.2.14.1.2. Cortes e detalhes necessários ao correto entendimento da estrutura;
- 3.5.2.14.1.3. Detalhes de juntas, impermeabilizações, nichos, orifícios e embutidos;
- 3.5.2.14.1.4. Indicação, por parcelas, do carregamento permanente considerado em cada laje, com exceção do peso próprio;
- 3.5.2.14.1.5. Indicação da resistência características do concreto;
- 3.5.2.14.1.6. Indicação do esquema executivo obrigatório quando assim o sugerir o esquema estrutural;
- 3.5.2.14.1.7. Indicação das contraflechas.
- 3.5.2.14.2. Desenhos de armações contendo:
 - 3.5.2.14.2.1. Detalhamento, em escala apropriada, de todas as peças do esquema estrutural;
 - 3.5.2.14.2.2. Especificação do tipo de aço;
 - 3.5.2.14.2.3. Tabela e resumo de armação por folha de desenho.
- 3.5.2.14.3. Plano de concretagem e de controle tecnológico do concreto.
- 3.5.2.14.4. Relatório técnico, conforme Prática Geral de Projeto, onde deverão ser descritas as ações e coações consideradas no cálculo de cada peça estrutural, o esquema de cálculo que elegeu o carregamento mais desfavorável de cada peça estrutural ou conjunto de peças estruturais, o esquema para o cálculo dos esforços em cada peça estrutural ou conjunto de peças estruturais, os valores dos esforços de serviço oriundos da resolução dos esquemas de cálculo, os critérios de dimensionamento de cada peça estrutura e, se for requerida uma determinada seqüência de execução, a justificativa dos motivos de sua necessidade.

Normas e práticas complementares

- 3.5.2.15. Os projetos de Estruturas de Concreto deverão também atender às seguintes Normas e Práticas Complementares:
 - 3.5.2.15.1. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;
 - 3.5.2.15.2. Normas da ABNT e do INMETRO:
 - 3.5.2.15.2.1. NBR 6118 - Cálculo e Execução de Obras de Concreto Armado Procedimento;
 - 3.5.2.15.2.2. NBR 6120 - Cargas para Cálculo de Estruturas de Edificações – Procedimento;
 - 3.5.2.15.2.3. NBR 6123 - Forças devidas ao vento em Edificações – Procedimento;
 - 3.5.2.15.2.4. NBR 7197 - Cálculo e Execução de Obras em Concreto Protendido;
 - 3.5.2.15.2.5. NBR 10067 - Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico.
 - 3.5.2.15.3. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA;
 - 3.5.2.15.4. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos.

3.6. PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA

- 3.6.1. A contratada deverá elaborar projeto de cobertura metálica contendo:
 - 3.6.1.1. Projeto da estrutura metálica de cobertura, contendo todas as orientações para fabricação da mesma - planta, cortes e detalhes;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.6.1.2. Detalhamento da telha metálica trapezoidal, fixação da telha, transpasse e demais detalhes necessários;
- 3.6.1.3. Todos os detalhes construtivos e executivos necessários à correta fabricação e execução da estrutura de cobertura metálica e posterior fixação das telhas trapezoidais.

3.7. PROJETO DE ACÚSTICA

Fase 01: Ante Projeto

- 3.7.1.1. Elaboração de relatório técnico embasada em medições acústicas realizadas pela Contratada, considerando a proximidade da linha férrea em relação do terreno.
- 3.7.1.2. Será apresentado pela contratada proposta de isolamento acústico da edificação, onde o nível de ruído, externo ou interno possa se mostrar prejudicial, indicação das técnicas que pretende utilizar, locais onde as intervenções serão propostas e demais diretrizes gerais de projeto.

Fase 02: Projeto Básico

- 3.7.1.3. O projeto acústico fornecido pela contratada deverá seguir os padrões da ABNT e conter todos os detalhes técnicos que possibilitem a boa execução.
- 3.7.2. A edificação deverá atender às seguintes condições:
 - 3.7.2.1. Os elementos de construção que limitem a edificação com o ambiente exterior com elevado nível de ruídos deverão ser isolantes;
 - 3.7.2.2. Ambientes com fonte interna de ruídos deverão ser devidamente tratados com elementos adequados de controle;
 - 3.7.2.3. Deve-se isolar partes do edifício que possam transmitir ruídos ou vibrações aos outros ambientes.
 - 3.7.2.4. A contratada deverá prever tratamento acústico nos ambientes onde o conforto acústico seja comprometido. Dentre estes ambientes poderemos citar: paredes divisórias entre gabinetes e secretaria, sala de audiências e conciliação, auditório, sala de máquinas.
 - 3.7.2.5. A contratada deverá efetuar estudo e propor solução de melhora do conforto acústico em cada caso. As soluções propostas deverão possuir a melhor relação custo/benefício.

4. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

- 4.1. Para assegurar a uniformidade, homogeneidade e qualidade visual, os elementos gráficos serão padronizados, no que se refere a formato de folhas de desenho, normas de escrita e simbologia, devendo ser observadas as determinações da ABNT a respeito e as definições a seguir:

5. DEFINIÇÕES PARA DESENHOS

- 5.1. A unidade do desenho será centímetro (cm).
- 5.2. As pranchas serão desenhadas no modo Paper Space, em milímetros (mm).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

5.3. O carimbo deverá ser o da contratada (não usar o selo padrão do TRT), com 18,5cm de largura, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome do cliente (TRT - 9ª REGIÃO);
- Título do projeto (Sala de Treinamento - Construção);
- Especialidade do projeto (Projeto Arquitetônico, Elétrico, etc);
- Assunto da prancha (Pav. Térreo - Planta baixa);
- Endereço do imóvel (rua, nº e cidade);
- Nome/CREA do(s) responsáveis técnicos/co-autores (com endereço e telefone);
- Campo para assinatura do proprietário e dos responsáveis técnicos;
- Nº da prancha e quantidade de pranchas (01/05);
- Escala de plotagem do desenho (1:100, 1:50, 1:20 etc.);
- Data de conclusão do projeto (mês e ano);
- Nome do arquivo digital.

5.4. A definição de cores para a espessura de penas deverá acompanhar as seguintes tabelas:

TABELA DE NÍVEIS (LAYER) E SUAS ESPECIFICAÇÕES GRAFICAS

LAYER	CONTEÚDOS	COR NO DESENHO	TIPO DE LINHA
0	Linhas de piso ,linhas em vista em geral, margens finas	9	CONTINUOUS
ALVE	Alvenaria em geral, alvenaria existente (caso de reformas)	7	CONTINUOUS
AREA	Poligonais de calculo area de ambientes	233	CONTINUOUS
BASE	Linhas de construção	136	CONTINUOUS
CONC	Pilares lajes estruturas em geral	52	CONTINUOUS
CONS	Alvenaria a construir (caso de reformas)	200	CONTINUOUS
COTA	Linhas de cota, níveis	12	CONTINUOUS
DEMO	Elementos a demolir (caso de reformas)	32	HIDDEN
DIVI	Divisorias e drywall	42	CONTINUOUS
ESQU	Vidros, portas	4	CONTINUOUS
FOLHA	Margens espessas de prancha	7	CONTINUOUS
HATC	Hachuras e preenchimentos graficos	32	CONTINUOUS
META	Estruturas e elementos metálicos, corrimãos	101	CONTINUOUS
MOBI	Mobiliário	63	CONTINUOUS
SANI	Sanitários bwc cubas bancadas de cozinha	142	CONTINUOUS
TETO	Forros de gesso pvc metálicos ou similares	13	CONTINUOUS
TEXT	Textos	41	CONTINUOUS
VPORTS	Vports do soft	9	CONTINUOUS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

TABELA DE PLOTAGEM

Cor de desenho	Pena de plotagem	Espessura
4	1	0.1
7	7	0.5
9	7	0.1
12	1	0.1
13	1	0.1
32	1	0.1
41	7	0.1
42	7	0.1
52	1	0.1
63	132	0.1
101	7	0.1
136	144	0.1
142	92	0.1
200	1	0.5
233	7	0.1

- 5.5. Deverá ser colocada no arquivo de desenho, fora da área da prancha, uma tabela com a relação de cores e espessuras de pena, tamanho da prancha e o software utilizado, bem como a sua versão.
- 5.6. Além da mídia magnética, a apresentação dos desenhos deverá ser através de 01 (um) jogo completo de cópias plotadas e dobradas no formato A4.
- 5.7. No que se refere aos textos e planilhas, a apresentação de todos os memoriais e especificações deverá ser em um só padrão de escrita, utilizando software WORD ou EXCEL para WINDOWS 98, ou superior.
- 5.8. Toda a parte escrita dos trabalhos, deverá ser apresentada através de brochuras, de capas plastificadas.
- 5.9. Em toda a documentação apresentada, escrita ou graficada, não poderão constar marcas de materiais e produtos utilizados, mas sim as descrições, especificações e métodos construtivos correspondentes.
- 5.10. Será fornecido pelo TRT arquivo digital (template) para a padronização de desenhos e para plotagem.

6. ESPECIFICAÇÕES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 6.1. Os projetos executivos deverão ser desenvolvidos a partir do Projeto Básico de Arquitetura fornecidos pelo TRT da 9ª Região, não sendo permitida qualquer alteração na sua concepção, exceto com consistente justificativa técnica e anuência do Serviço de Engenharia e Arquitetura do TRT.
- 6.2. Todas as dúvidas com relação aos projetos deverão ser sanadas com o Serviço de Engenharia e Arquitetura do TRT.
- 6.3. Deverá haver coordenação de todos os projetos de maneira a garantir uma perfeita interface entre eles,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

cabendo à empresa contratada a responsabilidade por quaisquer incompatibilidades que houver quando da execução das obras, observando o que segue:

- 6.3.1. Os projetos complementares deverão ser desenvolvidos atendendo uma perfeita compatibilidade de qualquer um deles com os demais.
- 6.3.2. Os projetos das instalações em geral deverão ter como objetivo básico a compatibilização entre estes e os arquitetônicos, no que envolver aspectos estéticos e funcionais e facilidade de manutenção.
- 6.3.3. Todos os projetos complementares deverão estar perfeitamente coordenados no que se refere às passagens de tubulações, cargas elétricas, consumo de água, e outros. Durante o desenvolvimento dos projetos complementares deverão ser fornecidas todas as informações, estudos e ante-projetos para análise do Serviço de Engenharia e Arquitetura do TRT.
- 6.4. Com o conjunto de plantas deverão ser entregues, também, em mídia magnética, s Especificações Técnica de Matérias e de Serviços, as Planilhas de Quantitativos, Cronogramas Físico-Financeiros e a Planilha de Orçamento da Obra.
- 6.5. Das especificações técnicas de materiais e serviços:
 - 6.5.1. Deverão documentar os materiais de construção e de acabamento especificados para os projetos e os critérios para sua perfeita execução.
 - 6.5.2. Deverão ter, para cada material especificado, a descrição clara de suas características técnicas básicas, assim como, de seu método construtivo, e indicando os padrões, as cores, e outros, que se fizerem necessários.
 - 6.5.3. Deverão caracterizar todos os tipos de materiais empregados, considerando a tecnologia destes, sua adequação aos serviços, e ainda, a facilidade de aquisição.
 - 6.5.4. Deverão atender aos dispositivos de Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.



ANEXO III – CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PROJETOS

[Arquivo anexo em formato PDF]

1. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PROJETOS

1.1. Os projetos contratados serão entregues conforme cronograma anexo.

2. OBSERVAÇÃO

- 2.1. Todas as correções de projetos solicitadas pelos órgãos públicos competentes serão efetuadas pela contratada, sem qualquer ônus para o TRT.
- 2.2. O recebimento das etapas dar-se-á no momento da finalização dos trabalhos de cada etapa, no último dia do prazo previsto no cronograma de entregas intermediárias, ou mediante prévia solicitação da empresa, caso concluída antecipadamente.
- 2.3. O material para análise será enviado para o SEA impresso, podendo a critério da Fiscalização, ser enviado parcialmente em mídia digital.
- 2.4. A Comissão de Fiscalização dos projetos emitirá, nos prazos previstos no cronograma, relatório circunstanciado, de análise do material entregue.
- 2.5. Fica pré-agendada reunião de projeto, da Fiscalização com a empresa contratada, para o último dia da análise dos projetos pelo SEA. Neste momento, será entregue à contratada o relatório circunstanciado de análise.
- 2.6. A contar da data de recebimento do relatório de análise, passa a correr o prazo para execução da próxima etapa. Eventuais correções e complementações indicadas no relatório de análise deverão ser sanadas até a entrega da próxima etapa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1 Dados da Licitante Vencedora:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	FAX:	
E-MAIL:		
PESSOA PARA CONTATO:		
BANCO:		
AG. N.º:	CONTA CORRENTE N.º:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO A SER CELEBRADO COM A LICITANTE VENCEDORA DO PREGÃO n.º 57/2015		
NOME:		
CARGO OCUPADO NA EMPRESA:		
RG:	CPF:	
ENDEREÇO:		

2 Do preço ofertado ao objeto do Pregão 057/2015 do TRT da 9ª Região:

Contratação de empresa especializada para **elaboração dos projetos básicos e executivos** para CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE APUCARANA, situado na Avenida Central do Paraná, s/n, Apucarana/PR, com aproximadamente 1.580,00 m², conforme anteprojeto, especificações técnicas, memorial descritivo e demais elementos constantes neste edital e em seus anexos.

LOTE 01		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	Preço total do item
1	SONDAGEM DO TERRENO.	R\$......
2	PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	R\$......
3	PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO	R\$......
4	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO	R\$......
5	PROJETO DE FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS DE CONCRETO	R\$......
6	PROJETO DE ESTRUTURAS METÁLICAS	R\$......
7	PROJETO DE TRATAMENTO ACÚSTICO	R\$......
PREÇO GLOBAL DO LOTE 01		R\$......

3 Validade da proposta: 90 dias corridos contados da data da sessão.

_____, ____ de _____ de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Assinatura e nome legível
do procurador/responsável



ANEXO V – PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA

[Arquivo anexo em formato PDF]



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador da Cédula de Identidade/RG nº _____, inscrito no CPF/MF nº _____, representante da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, município de _____, Estado _____, declaro que conheço as condições da execução dos serviços licitados por meio do **PREGÃO 57/2015**, não cabendo, posteriormente, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento ou dúvida, sendo de inteira responsabilidade desta empresa declarante o ônus daí decorrente.

Local, _____ de _____ de 2015.

.....
(nome e assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO 57/2015

....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21/06/93, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27/10/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Obs: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

.....
(local e data)

.....
(representante legal)



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão 57/2015

_____, (razão social da licitante) _____, inscrita no CNPJ
_____/____-____, por intermédio de seu representante legal,
Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade
_____ e do CPF ____-____-____, DECLARA, sob as penas da lei, que esta empresa, na
presente data, é considerada:

- () **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
() **COOPERATIVA**, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

.....
(local e data)

.....
(representante legal)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO N.º/2015

Contrato de **elaboração de projetos** que fazem entre si, de um lado a UNIÃO, representada pelo **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, e de outro a empresa, decorrente do Processo de licitação Pregão 057/2015 - Processo Geral n.º 679.

CONTRATANTE: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.141.166/0001-16, sediado na Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representado pela Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos,, RG n.º e CPF n.º, residente e domiciliada nesta Capital.

CONTRATADA: -----**(nome da empresa)**-----, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º -----, estabelecida na Rua -----, n.º-----, neste ato representada por ---- (cargo)----, ----(nome do responsável)----, portadora do RG n.º -----, CPF n.º -----, residente e domiciliado nesta capital, na Rua -----, n.º ---, cidade de -----, CEP -----.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para **elaboração dos projetos básicos e executivos** para CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE APUCARANA, situado na Avenida Central do Paraná, s/n, Apucarana/PR, com aproximadamente 1.580,00 m², conforme anteprojeto, especificações técnicas, memorial descritivo e demais elementos constantes no edital do Pregão 57/2015 e em seus anexos.

LOTE 01	
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM
1	SONDAGEM DO TERRENO.
2	PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
3	PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO
4	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

5	PROJETO DE FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS DE CONCRETO
6	PROJETO DE ESTRUTURAS METÁLICAS
7	PROJETO DE TRATAMENTO ACÚSTICO

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela realização dos serviços descritos na cláusula primeira, os seguintes valores:

LOTE 01	
ITEM	Preços Totais dos Itens
1	R\$
2	R\$
3	R\$
4	R\$
5	R\$
6	R\$
7	R\$
Preço Global do Lote 01	

§1º - O preço estipulado no *caput* desta cláusula é considerado completo, abrangendo todos os tributos, encargos e ônus de qualquer natureza incidentes sobre o objeto contratado.

§2º - Para fins de recebimento e pagamento do objeto da contratação, será considerada a conclusão de cada tipo de projeto, identificados como P01, P02, P03, etc.

CLÁUSULA TERCEIRA - DEVERES DO CONTRATANTE

Caberão ao Contratante as seguintes medidas decorrentes desta contratação:

- I. Proporcionar à contratada as facilidades indispensáveis à fiel e integral execução do objeto contratado;
- II. Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução do objeto do contrato;
- III. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- IV. Sustar a execução de quaisquer serviços, por desacordo com o especificado ou outros motivos que imponham tal medida;
- V. Receber os serviços contratados e efetuar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DEVERES DA CONTRATADA

Além da elaboração dos projetos nos termos e condições previstos neste contrato, competirá à Contratada:



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- I. Apresentar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis após o início da vigência do contrato**, as ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) ou RRT's (Registro de Responsabilidade Técnica) de execução dos projetos e serviços tratados na presente contratação, com as taxas devidamente recolhidas.
 - a) Deve-se recolher uma ART/RRT principal de gerenciamento de projetos sobre o valor do contrato, assinada pelo Responsável Técnico da empresa. As demais ARTs/RRTs deverão estar vinculadas à ART/RRT principal e conter os dados indicados pelo TRT.
- II. Efetuar, sem quaisquer ônus para o Tribunal, todas as correções de projetos solicitadas pelos órgãos públicos competentes.
- III. Manter as condições de habilitação consignadas neste edital durante a vigência da contratação.
- IV. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71 da lei 8.666/93.
- V. Facilitar a fiscalização do objeto.
- VI. Refazer os projetos, no todo ou em parte, que não forem entregues de acordo com o especificado neste instrumento.
- VII. Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do Código Civil e a Lei nº 8.666/93.
- VIII. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas e emolumentos cuja incidência se relacione com o objeto contratado.
- IX. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem a expressa anuência do CONTRATANTE.
- X. Comparecer às reuniões de projeto que serão agendadas à critério da Fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Em até 05 contados do início da vigência do contrato, será realizada a reunião de início de projeto, onde serão estabelecidos os contatos e repassadas orientações iniciais. Todos os responsáveis técnicos pelos projetos complementares deverão participar da reunião inicial.

§1º - A elaboração de todos os projetos e o seu recebimento pelo Tribunal não excederá a **70** (setenta) dias corridos, contados do início da vigência do contrato.

§2º - Os prazos de entrega dos projetos contratados constam no cronograma em anexo, inclusive os prazos das entregas intermediárias e os prazos para análise dos projetos pela equipe de Fiscalização.

§3º - Todas as correções de projetos solicitadas pelos órgãos públicos competentes serão efetuadas pela contratada, sem qualquer ônus para o Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento das fases dar-se-á no momento da finalização dos trabalhos de cada fase e seu recebimento pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA).

§1º - O prazo para envio dos projetos deverá obedecer ao cronograma anexo ao edital do Pregão 57/2014.

§2º - O material para análise será enviado para a SEA impresso, podendo a critério da Fiscalização, ser enviado parcialmente em mídia digital.

§3º - A Comissão de Fiscalização emitirá, nos prazos previstos no cronograma, relatório circunstanciado de análise do material entregue. Caso, eventualmente, o prazo de análise pela SEA seja ultrapassado, os dias que excederam ao prazo serão atribuídos em favor da contratada,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

especificamente quanto ao projeto em análise, não se estendendo aos demais.

§4º - Quando da entrega de cada fase do projeto, será agendada reunião com a Contratada.

§5º - A contar da data de recebimento do relatório de análise, terá início a próxima fase. Sem prejuízo do prazo de entrega da próxima fase, eventuais correções e complementações indicadas no relatório de análise deverão ser sanadas até a próxima entrega prevista no cronograma.

§6º - Recebimento do objeto da contratação:

- I) Na forma do que dispõe o art. 73 da Lei nº 8.666/1993, o recebimento dos projetos dar-se-á da seguinte forma:
 - a) **Provisoriamente**, após concluídas todas as fases de elaboração e análise de cada projeto, desde que verificado o perfeito atendimento a todas as exigências e condições da contratação, quando será emitida a respectiva Certidão de Recebimento Provisório.
 - b) **Definitivamente**, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório do último projeto entregue, desde que todos os projetos estejam devidamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.

§7º - Após ciência do recebimento provisório, a contratada deverá emitir a respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Mediante termo aditivo, o presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo contratante ou por acordo entre as partes, observado o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93; a rescisão contratual regular-se-á pelo disposto nos arts. 77 a 80 da mesma Lei federal de Licitações e Contratos Administrativos e pelo contido no presente Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Os trabalhos serão acompanhados e fiscalizados por uma Comissão de Fiscalização, indicada na forma do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, a qual terá a função de promover as avaliações dos serviços executados e atestar os documentos referentes ao seu recebimento.

§1º - A fiscalização terá plena autoridade para suspender total ou parcialmente, por meios legais, os serviços em execução. Sempre que isto ocorrer, por motivos de ordem técnica, de segurança ou disciplinares, somente poderão ser reiniciados por ordem da fiscalização.

§2º - As decisões e providências que ultrapassem a competência da Comissão serão encaminhadas à ADMINISTRAÇÃO do TRT, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O projeto de Prevenção e Combate a Incêndios (item 3) será pago da seguinte forma: 40% do respectivo valor quando do recebimento provisório (projetos concluídos) e 60% quando da aprovação nos órgãos públicos competentes.

§1º - Os demais projetos serão pagos (respectivo valor) quando do recebimento provisório dos mesmos.

§2º - O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento.

§3º - No caso de processamento do pagamento através de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados: a) banco; nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente (completo).

§4º - O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela contratada, para que seja lavrada certidão de seu recebimento (em definitivo) ou atestada sua execução irregular, de forma devidamente circunstanciada, o que implicará, a suspensão do prazo para pagamento.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

§5º - O pagamento será efetivado no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data de emissão do respectivo Termo de Recebimento, salvo em caso de necessidade de abertura de processo para apuração de penalidade, quando esse prazo será de 15 dias úteis.

§6º - Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

§7º - O Tribunal verificará, previamente à efetivação de cada pagamento, se as condições de **regularidade fiscal e trabalhista** exigíveis na licitação estão sendo mantidas pela contratada.

- I) Será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, para a Contratada providenciar a regularização de eventuais pendências em matéria de **regularidade fiscal e trabalhista. A não regularização ensejará a aplicação de penalidade prevista no inciso "VIII" do §1º da Cláusula Dez deste instrumento.**

§8º - Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

§9º - As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional não estão sujeitas à aplicação da tabela de retenção na fonte, desde que apresentem a este TRT, junto com a nota fiscal/fatura, declaração em conformidade com a normas vigentes.

§10 - O processamento da ordem bancária com observância dos dados fornecidos pela contratada constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando a Contratada responsável por quaisquer contratempos decorrentes da apresentação inexata dos dados fornecidos.

§11 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a atualização monetária será calculada da seguinte forma:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DEZ – DAS PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações decorrentes da presente licitação, a licitante-adjudicatária e a contratada estarão sujeitas, garantida a defesa prévia, às sanções previstas neste instrumento, nas Leis 10.520/02 e Lei 8.666/93, no Decreto 5.450/05 e legislação correlata.

§1º - Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos:

- I. Sendo extrapolado o prazo total para execução do contrato, multa de 1% por dia útil, até o limite de 10%, calculada sobre o valor do contrato;
- II. Sendo extrapolados os prazos previstos para execução das fases, conforme cronograma anexo, multa de 1% por dia útil, até o limite de 10%, calculada sobre o valor do respectivo projeto;
 - a) Caso o atraso observado na execução da fase não seja passível de comprometer o prazo do respectivo projeto, esta penalidade poderá deixar de ser aplicada, a critério da autoridade competente;
- III. Não sendo observados os ajustes, correções e complementações indicadas no relatório de análise de fase, multa de 0,5% por dia útil, até o limite de 5%, calculada sobre o valor do projeto;



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- IV. Havendo falta injustificada à reunião agendada com a Fiscalização, multa de 0,5% do valor total do contrato.
- V. Havendo Inexecução Parcial da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o remanescente do valor total do contrato;
- VI. Havendo Inexecução Total da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total do contrato;
- VII. Não sendo mantidas as condições de habilitação exigíveis na licitação, multa de 0,5% do valor do contrato, por ocorrência.
- VIII. Havendo descumprimento de quaisquer outras condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,3% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

§2º - Atingido qualquer um dos limites fixados no § 1º desta cláusula, e a critério do Contratante, NÃO será permitida a entrega dos projetos, ficando a contratada sujeita à rescisão unilateral do contrato e às penalidades previstas.

§3º - A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.

§4º - Os valores das multas aplicadas serão deduzidos das importâncias devidas à Contratada.

§5º - Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§6º - Na forma do parágrafo único, do art. 28, do Decreto 5.450/05, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA ONZE - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Os recursos serão recebidos, processados e decididos com observância do disposto no capítulo V da Lei 8.666/93.

§1º - Cabe recurso à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, dos atos de anulação e rescisão do contrato e aplicação das penalidades de multa e impedimento de licitar e contratar com a União.

§2º - Os recursos deverão ser dirigidos à Ordenadoria da Despesa, para que reconsidere a decisão ou os encaminhe, devidamente instruídos, à autoridade competente para julgamento.

§3º - As peças recursais poderão ser entregues no horário das 12 às 18 horas, no Setor de Protocolo Geral, situado na Rua Vicente Machado, 147 - Curitiba-PR, ou enviadas via e-mail (ordenadoria@trt9.jus.br), fazendo-se acompanhar, no prazo de 48 horas, das originais ou cópias autenticadas.

§4º - As peças recursais enviadas via e-mail ou fax serão consideradas tempestivas desde que apresentadas até às 18 horas do último dia para interposição do recurso administrativo.

CLÁUSULA DOZE – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura e estender-se-á até o recebimento definitivo do objeto fiel e integralmente executado pela contratada e respectivo pagamento pelo contratante, sem prejuízo da observância do prazo de conclusão dos serviços e demais prazos de execução, sob pena de inadimplemento contratual e respectivas sanções.

§1º - Os prazos da contratação poderão ser prorrogados pela autoridade competente do Contratante, desde que ocorra motivo justo, devidamente fundamentado e haja solicitação antes do prazo final para o adimplemento.

§2º - Os pedidos de prorrogação deverão ser instruídos com as provas necessárias à sua



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

concessão, nos termos do § 1º, do artigo 57, da lei 8.666/1993.

CLÁUSULA TREZE - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os dispêndios decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos orçamentários próprios deste Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, na seguinte classificação: Programa de Trabalho: Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Apucarana – 4.4.90.51 – Obras e Instalações.

CLÁUSULA CATORZE - VINCULAÇÃO

O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório Pregão 57/2015, Processo Geral 679, bem como à proposta apresentada pela Contratada, a qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINZE - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na execução deste contrato observar-se-á, além das cláusulas consignadas no presente instrumento, o disposto na Lei 10.520/02, na forma regulamentada pelo Decreto 5.450/05, bem como as disposições da Lei 8.666/93 e demais preceitos de direito público, aplicando-se subsidiariamente os princípios da teoria geral dos contratos e as normas de direito privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos serão resolvidos mediante entendimento das partes e constituirão objeto de termo aditivo ao presente contrato, obedecido o disposto na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial será providenciada pelo contratante, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DEZESSETE - FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da execução deste Contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem ajustado e contratado, é lavrado o presente em duas vias de igual teor, as quais, depois de lidas, são assinadas pelas partes contratantes.

Curitiba, ____ de _____ de 2015.

CONTRATANTE:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXX

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX